

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANDRE DE MACEDO TUSCO

RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

FLORIANÓPOLIS, 2010

ANDRE DE MACEDO TUSCO

RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANDRE DE MACEDO TUSCO

RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

Monografia apresentada como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Área de concentração: Economia

Data de aprovação: __/__/__

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ ao aluno Andre de Macedo Tusco na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Professor: Helton Ricardo Ouriques
Orientador

Professor: Hoyêdo Nunes Lins
Membro

Professor: Antônio Manoel Elíbio
Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família por construir uma base sólida para o meu desenvolvimento, estrutura essencial para minha evolução em todos os aspectos da minha vida, seja pessoal ou profissional. À minha mãe, por ser meu porto seguro, onde encontro conforto para superar as situações mais complicadas impostas pela vida. Ao meu pai, por todo seu esforço para poder me proporcionar bons momentos e me direcionar para os melhores caminhos. Ao meu irmão, pela amizade eterna que nos une independentemente da distancia que nos separe.

Agradeço também a uma pessoa em especial: Luiza Cucco, por todo amor, carinho e compreensão nos momentos mais difíceis. Aos amigos de infância e de faculdade, colegas de trabalho também ficam meus agradecimentos, pois as alegrias proporcionadas pelas amizades são essenciais para a vida.

Por fim, agradeço ao Prof. Helton Ricardo Ouriques, por despertar meu interesse na área de economia política internacional, e principalmente por todo o conhecimento, dedicação, exigências e correções acadêmicas, essenciais para a elaboração desta monografia.

RESUMO

Este estudo investiga o impacto do reordenamento do eixo econômico mundial no Brasil e as perspectivas para a economia brasileira em decorrência dessa possível substituição do país hegemônico atual do sistema mundo, Estados Unidos, pela China. Com base nos fatores que causaram a crescente perda da hegemonia norte-americana e os quais ainda influenciam seu fracasso e nas estratégias que foram e estão sendo adotadas pelo Estado chinês, desde a metade do século XX, que proporcionam uma grande ascensão pacífica econômica no país asiático. Para tanto foram abordadas teorias de diversos estudiosos na área de economia política internacional, como David Harvey, Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Robert Brenner, entre outros. Na pesquisa também foram utilizados dados da Secretaria de Comércio Exterior para mapear as relações comerciais do Brasil com os países em questão. Verificou-se que a China além de substituir os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil, se tornou uma potência econômica com possibilidades de ser um país hegemônico durante o século XXI, desde que resolva seus problemas internos e saiba tomar as atitudes corretas ao enfrentar possíveis obstáculos no cenário político mundial. Para a economia brasileira a possibilidade de a China dar as cartas no sistema econômico mundial pode ser benéfica, pois historicamente as relações sino-brasileiras são de parceria comercial e política.

Palavras-chave: País hegemônico; China; Relações comerciais brasileiras; Sistema-mundo.

ABSTRACT

This study investigates the impact of the reordering of global economic hub in Brazil and prospects for the Brazilian economy as a result of this trend of replacing the current system hegemonic country world, the United States by China. Based on the factors that caused the progressive loss of U.S. hegemony and which still influence their failure and the strategies that have been and are being adopted by the Chinese State since the mid-twentieth century, providing a great peaceful economic rise in the country Asia. Were addressed to both theories of various scholars in the field of international political economy, as David Harvey, Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Robert Brenner and others. In the research were also used data from the Bureau of Foreign Trade to map the trade relations between Brazil and the countries concerned. It was found that the addition of China replaced the United States as the largest trading partner of Brazil, became an economic power with the possibility of a hegemonic country during this century, since it resolves its internal problems and learn to take the right actions address possible obstacles in the global political scene. For the Brazilian economy's ability to give China the cards in the world economic system can be beneficial, because historically the Sino-Brazilian partnership are commercial and political.

Keywords: Country hegemonic, China; Brazilian trade relations; World-System.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 Tema e Problema	4
1.1 Objetivos.....	5
1.2.1 Objetivo geral.....	5
1.2.2 Objetivos específicos.....	5
1.2.3 Justificativa	5
2 METODOLOGIA	6
3 ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XX.....	7
3.1 Ascensão norte-americana	7
3.2 Fatores que causaram sucessivamente a crise hegemônica norte-americana	10
4 TRAJETÓRIA CHINESA.....	25
4.1 China: um país milenar.....	25
4.2 As reformas econômicas da China.....	31
4.3 China pós-reformas econômicas	35
5 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA	41
5.1 Histórico das relações comerciais entre Brasil e China	41
5.2 Exportações brasileiras à China	45
5.3 Importações chinesas para o Brasil	48
5.4 Conseqüências do crescimento da China e do comércio sino-brasileiro	50
5.4 Análise do comércio brasileiro com China e Estados Unidos.....	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Pode-se considerar no presente momento uma tendência a um determinado tipo de reordenamento no tocante ao eixo econômico mundial, devido à possibilidade nessa época de transição, da substituição do país hegemônico atual do sistema mundo, Estados Unidos, pela China, que desponta, seguindo sua projeção participativa no setor econômico nos últimos anos. Esta tendência se explica pelo conjunto de mudanças ocorridas desde o final da década de 1960, início dos anos 1970, através da análise da hegemonia norte-americana em possível declínio, e a importante ascensão do leste-asiático, mais particularmente da China.

Como base teórica a pesquisa procura identificar os fatores que causaram a crescente perda da hegemonia norte-americana e os quais ainda influenciam seu fracasso, tomando-se a diminuição de políticas monetárias eficientes e atitudes imperialistas que prejudicam sua imagem perante outros países do mundo.

É inerente também à pesquisa explicar quais estratégias foram e estão sendo adotadas pelo PCC (Partido Comunista Chinês), partido que no momento rege politicamente a China, que, desde os últimos sessenta anos, vem proporcionando uma grande ascensão pacífica econômica no país asiático.

De acordo com Pinto (2006, pg. 21; 22), “A China tem reiterado que sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcado por “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e as relações com o exterior.”

A pesquisa se concentra em analisar o impacto desse reordenamento do eixo econômico mundial no Brasil. Em consequência das diferentes políticas e estratégias recentemente adotadas por China e Estados Unidos, percebe-se uma substituição do maior parceiro comercial do Brasil. Segundo Oliveira (2004, pg.22),

O recente desenvolvimento do Conselho Empresarial Brasil-China, reunindo grandes empresas chinesas e brasileiras, não deixa de ser um fato extremamente positivo no relacionamento bilateral ao possibilitar um tratamento mais coordenado e profissional no plano comercial, mas igualmente político ao propiciar a satisfação mútua dos respectivos interesses nacionais.

Por várias décadas foram os americanos que representaram grande importância na Balança Comercial do Brasil. Recentemente, em resposta as políticas adotadas, a China ganhou espaço e ampliou suas relações com a economia brasileira, despontando em relação aos Estados Unidos.

1.1 Tema e Problema

Desde 1970 percebe-se que a história mundial passa por um momento crucial pela conjuntura de diversas variáveis, a citar o final de um longo ciclo hegemônico dos norte-americanos e pela possível substituição desta hegemonia pelos chineses.

Após a Segunda Guerra Mundial, estabelecendo-se um paradoxo, os Estados Unidos tornaram-se referência mundial, e na mesma época que a China foi considerada um dos países mais pobres do mundo, com índices de desenvolvimento humano (IDH) abaixo do considerado aceitável pela ONU.

Independente desta situação vivida décadas atrás, a China vem numa crescente avassaladora, despontando sua representatividade mundial com números recordes de crescimento, enquanto os norte-americanos passam atualmente por seguidas crises que estão culminando em políticas desesperadas nem sempre eficazes para a manutenção da sua hegemonia.

Seriam as diferenças entre as políticas adotadas pelos chineses das políticas norte-americanos fundamentais para provocar esse reordenamento do eixo econômico mundial? Será que está em curso a substituição do maior parceiro comercial do Brasil pela economia chinesa? Qual o impacto desse possível reordenamento do eixo econômico mundial e as suas conseqüências para a economia brasileira?

1.1 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o conjunto de fatores que ocasionaram um reordenamento do eixo econômico mundial colocando em risco a hegemonia norte americana em detrimento da ascensão da economia chinesa e seu reflexo no Brasil.

1.2.2 Objetivos específicos

- Avaliar o crescimento chinês e sua influência no capitalismo mundial;
- Identificar a substituição do maior parceiro comercial do Brasil;
- Analisar as perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos em relação a esta tendência.

1.2.3 Justificativa

A presente pesquisa possui importante relevância por analisar a atual situação do sistema mundo. Um momento de transição como esse é um marco para a história da sociedade, pois um longo ciclo hegemônico está chegando ao fim e um novo pode estar iniciando.

Também é importante analisar como o Brasil vai se adequar a esse momento de transição e quais são as perspectivas para uma possível hegemonia chinesa.

2 METODOLOGIA

A forma de pesquisa utilizada nesta pesquisa é analítica, que segundo Thomas e Nelson (1996), envolve o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno.

O método de investigação do trabalho classifica-se como exploratório explicativo, pois tem como objetivo avaliar o impacto do reordenamento do eixo econômico mundial no Brasil, identificar a expansão do comércio entre Brasil e China, analisando as perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos em relação a estas tendências.

Este trabalho é composto por seis capítulos, contando com a introdução e esta breve metodologia.

O terceiro capítulo trata especificamente dos acontecimentos que tornaram os Estados Unidos a potência hegemônica do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, e dos fatores que causaram sucessivas crises na economia local, impactando no fim da hegemonia americana.

No quarto capítulo é apresentado um breve histórico do processo de desenvolvimento chinês, salientando sempre as decisões pacíficas, na medida do possível, tomadas pelos chineses, durante os séculos de sua história. Assim como serão analisadas as estratégias e importantes decisões tomadas pelos chineses para tornarem realidade um crescimento elevado e sustentado nas últimas décadas, possibilitando uma possível hegemonia chinesa no século XXI.

Parte-se em seguida para o quinto capítulo onde será abordado o impacto desse possível reordenamento do eixo econômico mundial ao Brasil nos dias atuais e também a projeção para a economia nacional nos próximos anos. Levando em conta as relações comerciais do Brasil perante Estados Unidos e China desde os anos 1990 até o presente momento.

No sexto e último capítulo são apresentadas algumas considerações finais.

3 ESTADOS UNIDOS NO SÉCULO XX

3.1 Ascensão norte-americana

Um dos fatores fundamentais para a grande ascensão dos americanos, a ponto de torná-los uma potência hegemônica foi a trajetória da taxa de lucro. Ou seja, o que sustentou o crescimento econômico das economias capitalistas mais avançadas foi à capacidade das mesmas de sustentarem altas taxas de lucro.

Em conseqüência, os níveis de investimento eram elevados, gerando alta produtividade e excelentes taxas de acumulação de capital. Visto que mesmo com o aumento dos salários reais, não havia nenhuma ameaça aos lucros naquele momento.

As altas taxas de lucros desse modo asseguradas abriram o caminho para as altas taxas de acumulação de capital que dirigiram o boom ao fortalecerem o rápido crescimento da produtividade, do emprego e dos salários reais. Seguiu-se naturalmente uma rápida aceleração tanto na demanda de investimentos como na demanda de bens de consumo. (BRENNER, 2003, p.48)

Os americanos dispararam economicamente durante as duas guerras mundiais, principalmente pela excelente estratégia utilizada. Abasteceram os países envolvidos na guerra com alimentos, armas e várias outras necessidades dos conflitantes. Deram-se ao luxo de municiar a guerra, acompanhando-a de camarote e quando viram que o resultado não estava sendo o desejado interferiram de modo avassalador, saindo como o grande vencedor, não só em termos bélicos, como principalmente econômicos e financeiros.

Sob estímulo de uma poderosa demanda de tempo de guerra, em uma época em que as economias do Japão e da Europa ocidental estavam destroçadas pela guerra e iam apenas preocupar-se subsequente com a reconstrução pós-guerra, a economia dos Estados Unidos foi capaz de garantir altas taxas de lucro sem precedentes, que proporcionaram uma poderosa expansão, aumentando sua já impressionante liderança sobre todas as outras economias nacionais (BRENNER, 2003, p.49)

As duas Guerras Mundiais serviram como disputa para ver quem substituiria a Inglaterra como potência hegemônica. Segundo Wallerstein (2004), a competição pela sucessão hegemônica teve um desvio ideológico, quando os nazistas assumiram o poder da Alemanha. Os nazistas não tinham como objetivo obter a hegemonia dentro do sistema já

existente, e sim formar um império global, por sua vez, os americanos discursavam como defensores do liberalismo.

Lembrando que uma hegemonia é caracterizada quando um Estado dominante consegue fazer com que os Estados dominados o aceitem como “representante” dos interesses gerais, sem usar da força ou ameaça para que isso ocorram, mas havendo uma credibilidade em relação a ele. Hegemonia também pode ser definida como coerção com consentimento. O ato dos subordinados consentirem com a coerção.

A Segunda Guerra Mundial resultou numa enorme destruição de populações e infra-estruturas, principalmente na Europa, do qual nenhum país escapou. A única nação a escapar, inclusive reforçada, foram os Estados Unidos.

Então, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornaram de fato a grande potência hegemônica do sistema mundo. Eram líderes em tecnologia e em práticas de produção, o dólar reinava supremo, além de possuírem um aparato militar superior a qualquer outra nação.

Antes mesmo de a Segunda Guerra Mundial acabar foi planejado o acordo de Bretton Woods, os americanos reorganizaram todo o sistema financeiro internacional, através da criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), também instituíram o dólar como moeda de pagamento universal.

Muito antes de terminar a guerra, porém, os Estados Unidos, em entendimento com a Grã-Bretanha, já cuidavam de implantar a ordem econômica e política mundial, planejada para o pós-guerra, sob sua hegemonia. Essa nova ordem econômica e financeira refletia, naturalmente, as políticas que desde o fim da Guerra de 1914-1918 os Estados Unidos tratavam de implementar. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p.135-136)

Segundo David Harvey (2005, pg. 52), os Estados Unidos passaram a ter relações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta – essas foram as principais armas de controle.

Sua única ameaça era a União Soviética, que estava muito fragilizada após a Segunda Guerra Mundial, pois foi à nação que mais bateu de frente com os alemães em campos de batalha, sendo determinante para a vitória dos Aliados. Devido a isso, os soviéticos ganharam inúmeros territórios, passando a controlá-los. A Conferência de Yalta foi fundamental para determinar como ficaria o mundo, geograficamente falando no pós-guerra.

Yalta foi um acordo entre ambos os lados no sentido de que poderiam permanecer onde estavam e nenhum lado usaria a força para expulsar o outro. Politicamente, foi um acordo de *status quo*, segundo o qual a União Soviética controlaria cerca de um terço do mundo e os Estados Unidos o restante. (WALLERSTEIN, 2004, p.23)

Foi o começo da Guerra Fria, sendo que os soviéticos dispunham de um exército extremamente numeroso e o Estado americano sofria uma enorme pressão do povo para reduzir seu exército, exigindo boa parte dos recrutas de volta para solo americano. Os Estados Unidos passaram a utilizar outras táticas de lutar na Guerra Fria, através de armas nucleares e também no âmbito econômico e cultural.

No mundo pós-guerra, foi visto e muito comentado a idéia de desenvolvimentismo norte-americano, o padrão de vida em que os americanos viviam era meta de muitos países, que passaram a adotar medidas muitas vezes indicadas pelos próprios americanos para poderem chegar ao mesmo patamar. A principal forma de produção americana, o fordismo, passou a ser adotada nos quatro cantos do mundo.

Os fortes movimentos de libertação nacional feitos pelos americanos em colônias exploradas por países europeus também ajudaram a consolidar os Estados Unidos como o país detentor da hegemonia mundial, pois enfraqueceram muito as nações européias, já em forte crise depois da Segunda Guerra Mundial, além de conter a influência soviética e espalhar a cultura americana e os princípios capitalistas.

Os Estados Unidos modelaram em ampla medida suas relações com esses Estados recém-independentes em sua experiência de negociação com as repúblicas independentes da América Latina no período pré-guerra. Relações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta, essas foram, as principais armas de controle. (HARVEY, 2005, p.52)

Justamente por estar tão à frente dos países europeus e do Japão, grandes economias abaladas pela guerra, os norte-americanos começaram a encontrar dificuldade, pois as empresas e bancos americanos necessitavam continuar com seu amplo crescimento. As empresas precisavam aumentar suas exportações e para isso necessitavam de uma demanda estrangeira, já os bancos, abarrotados de dólares, tinham como objetivo emprestar capital, necessitando de tomadores de empréstimo. Era necessário expandir-se ao exterior, almejando assim novos canais lucrativos para aplicarem seus investimentos.

De que adiantava ser uma potência produtiva tão à frente das outras, se as economias restantes não formavam uma demanda satisfatória para ela? Então, os americanos elaboraram e colocaram em prática um plano de reconstrução das economias devastadas pela guerra, o

famoso Plano Marshall. Além disso, o plano tinha como interesse barrar a expansão comunista na Europa Ocidental, assegurando a hegemonia política dos americanos na região.

Os Estados Unidos ofereceram matérias-primas, produtos e capital, na forma de créditos e doação. Em contrapartida, o mercado europeu evitava impor qualquer restrição às atividades das empresas norte-americanas.

Um Estado americano imperial, determinado a “conter o comunismo” e a manter o mundo seguro para o regime de livre empresa, buscou o sucesso econômico para os seus aliados e concorrentes como uma base para a consolidação política de ordem capitalista pós-guerra. (BRENNER, 2003, p.54)

Essas estratégias tomadas pelos norte-americanos tiveram êxito. Realmente, nesse período pós-guerra, os americanos se tornaram de uma vez por todas uma grande potência hegemônica. Os Estados Unidos eram superiores aos outros países em diversas áreas, na área econômica e financeira, produtiva, política e também na área militar.

3.2 Fatores que causaram sucessivamente a crise hegemônica norte-americana

Todavia, esse sucesso também contou com a grande eficiência dos países socorridos, com destaque para Alemanha e Japão. Os países em reconstrução agiram de forma muito eficaz, e souberam extrair da sua péssima situação pós-guerra grandes alternativas para obterem rapidamente um desenvolvimento acima da média, que gerou altos índices de produtividade em suas economias.

Robert Brenner (2006) definiu esse desenvolvimento acima da média dos países prejudicados pela guerra, como “desenvolvimento desigual”, que segundo o mesmo, seria o processo pelo qual alguns países, principalmente Alemanha e Japão, começaram a combinar tecnologia de alta produtividade com mão-de-obra de baixo salário, elevando assim suas respectivas taxas de lucro e investimento.

Em um primeiro momento, esse elevado desenvolvimento acima da média dos países prejudicados pela guerra, não afetava muito a economia americana, pelo contrário, a ajudou a obter máximos índices de crescimento.

No início dos anos 60, essa tendência não afetou negativamente a produção e o lucro dos norte-americanos, porque “os bens produzidos no exterior continuaram, em sua maioria, incapazes de competir no mercado dos Estados Unidos e porque os produtores norte-americanos dependiam pouco das vendas externas”. (ARRIGHI, 2008, p.112)

No decorrer da década de 1960, a distância entre a produtividade dos países da Europa Ocidental, principalmente Alemanha, e do Japão estava praticamente equilibrada. Os produtos desses países tornaram-se competitivos frente aos produtos norte-americanos, conquistando espaço em países de Terceiro Mundo e até mesmo no mercado interno americano. Logo, a preponderância dos Estados Unidos não era mais a mesma no final dos anos 60.

O aumento da produção mundial em decorrência do crescimento de produtividade dos países do oeste europeu e do Japão causou uma superprodução no mercado mundial e conseqüentemente uma brusca queda na rentabilidade de muitas das grandes empresas em diversos setores industriais.

Os fabricantes da Europa Ocidental e do Japão, em um primeiro momento conseguiram, não só injetar no mercado mundial seus produtos com preços relativamente baixos, como também conseguiram manter suas antigas taxas de lucro.

Essa crise de saturação na produção mundial afetou principalmente as empresas americanas, pois eram em sua grande maioria as líderes em seus setores. Com suas taxas de lucro reduzidas, as empresas passavam por uma crise de lucratividade, pois não tinham demanda suficiente para grande parte das mercadorias produzidas em solo americano, devido à enorme concorrência de empresas alemãs e japonesas em setores chaves da economia mundial, como o de aço, automóveis e produtos eletrônicos.

O desenvolvimento econômico desigual, entendido como processo em que os retardatários conseguem alcançar as potências econômicas que estão na liderança, produziu tanto o longo boom do pós-guerra quanto a crise de lucratividade do fim da década de 1960 e início da década de 1970. (ARRIGHI, 2008, p.115)

Segundo a tese de Brenner (2006) pelo menos até 1993, o excesso de oferta de capacidade produtiva, responsável pela queda da lucratividade, passou longe de ter sido eliminado, pois aumentou. Conforme mencionado acima, o desenvolvimento desigual causou excesso de produção, determinando a queda na taxa de lucro.

Entretanto, de acordo com Brenner, o que causou a persistência da estagnação comparativa foi o fracasso das empresas e dos governos capitalistas na tentativa de eliminar a produção ociosa. Mesmo com a crise da lucratividade afetando as empresas já inseridas nos setores prejudicados, havia a entrada de novas empresas no mercado, com outras estratégias a ponto de ter um custo mais baixo, podendo assim atingir uma maior taxa de lucro.

Todavia, para as empresas atuantes no mercado, não havia nenhum cabimento sair do mercado, ou mesmo mudar seu foco e mudar sua produção, porque já possuíam a maior parte de seus patrimônios em instalações físicas, como fábricas e equipamentos. Logo, essas empresas procuraram aumentar maçicamente seus investimentos em busca de inovações.

Segundo Arrighi (2008, pg. 116), a adoção dessa estratégia, por sua vez, “tenderá a estimular os primeiros inovadores na redução de custos a acelerar eles mesmos a mudança técnica, aumentando ainda mais a supercapacidade e a superprodução já existentes”.

Nesse período de crise, não só houve pouco índice de mortalidade de empresas, que abandonaram o mercado, como também houve um grande aumento na entrada de empresas, causando assim maior aumento na crise de lucratividade.

Inerente à crise da lucratividade os americanos entraram na Guerra do Vietnã, o Estado americano teve um gasto muito elevado, investindo muito no seu todo poderoso poder militar e nem assim conseguiram sair vitoriosos. Foram derrotados militarmente e saíram muito enfraquecidos economicamente, pois a guerra gerou déficit público.

O papel do Estado, não só em momentos de crises, mas principalmente nesses, é fundamental para os interesses capitalistas, através de atuação ativa dos governantes, pois sem o Estado o capitalismo não conseguiria dar seqüência em suas rodadas de acumulações de capital.

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação de capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajoso para os interesses capitalistas dominantes que trabalham nesse âmbito. (HARVEY, 2005, p.111)

Segundo Arrighi (2008), “o governo das principais potências capitalistas, principalmente os Estados Unidos, dividiram a responsabilidade por agravar e não atenuar, a tendência do mercado, a saída de menos e a entrada de mais”.

Naquele momento crucial de crise na acumulação de capital, mais uma vez o Estado entra em ação interferindo a favor dos capitalistas. Preocupado a baixa taxa de lucro das empresas americanas, o governo norte-americano coloca em ação uma política monetária com objetivo de reerguer e tornar as produções americanas novamente competitivas no mercado mundial, passando parte da crise para as empresas japonesas e alemãs.

O governo norte-americano abandonou o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas, movendo-se para taxas de câmbio flutuantes, provocando uma enorme

desvalorização do dólar americano em relação ao marco e ao iene (moedas alemãs e japonesas, respectivamente).

Essa desvalorização diminuiu as importações e aumentou as exportações nos Estados Unidos, favorecendo assim o mercado e as empresas americanas, tornando-as mais competitivas, além de depreciar os dólares guardados por outros países e indivíduos estrangeiros como reserva.

De fato, a medida tomada pelo Estado norte-americano sobrecarregou as empresas alemãs e japonesas, que passaram a sofrer com elevados declínios em suas taxas de lucro, e se viram obrigados a reduzirem suas taxas de lucro para não perderem sua fatia no mercado mundial. Porém, mesmo assim as empresas norte-americanas não conseguiram restabelecer as taxas de lucro que tinham antes do desenvolvimento desigual equilibrar as produções entre os países em questão.

O equívoco do Estado americano foi justamente esse, pois a desvalorização do dólar, embora tenha ajudado a transferir parte da crise da lucratividade para europeus e japoneses, não resolveu o problema da superprodução. Ao invés de promoverem um rearranjo industrial administrativo e produtivo, o governo americano apoiou os fabricantes dos setores em crise a compensarem, reduzindo os custos diretos e indiretos com a mão-de-obra.

Já as empresas rivais das americanas, mesmo com baixas taxas de lucro, procuraram investir e melhorar suas técnicas produtivas sempre que possível. E dessa forma desencadearam um processo de reestruturação industrial.

A intervenção do Estado americano ajudou as empresas americanas a voltarem a ter boa lucratividade e conseqüente acumulação de capital e fez com que as empresas do resto do mundo perdessem lucratividade. Ou seja, o problema da superprodução acabou se agravando com o passar dos anos.

Em suma, o excesso de capacidade e de produção por todo o sistema não pode ser aliviado porque as empresas de todo o setor manufatureiro internacional acabaram produzindo em conjunto mais do que já estava sendo produzido, agravando o problema inicial dos meios de produção supérfluos. (BRENNER, 2003, p.74)

O colapso do sistema de Bretton Woods, ou seja, o fim do regime de câmbio fixo incentivou e acelerou o processo da financeirização do capital, isso porque se passou a enxergar enormes riscos nos investimentos industriais e comerciais. As variações se tornaram freqüentes e impactavam diretamente nos lucros. Com o intuito de se proteger e até lucrar

com essas flutuações as grandes empresas passaram a investir no mercado financeiro, através de movimentos especulativos.

Ao mesmo tempo aconteceram os choques do petróleo, que acabaram agravando a situação e antecipando recessões. Diante disso os Estados adotavam políticas com o objetivo de sempre manterem a estabilidade e a manutenção da expansão econômica internacional. Entretanto, essas políticas acabaram gerando enormes déficits públicos e com o passar do tempo, se mostraram ineficazes mais uma vez.

O problema real na década de 1970 foi que a política monetária norte-americana tentou estimular o capital a manter o comércio e a produção mundiais em expansão, ainda que essa expansão se tornasse a causa primária do aumento de custo, risco e incerteza para o capital empresarial em geral e norte-americano em particular. (ARRIGHI, 2008, p.169)

A crise era tão grande que chegou a por em risco até a posição do dólar como principal moeda para a economia mundial. Em consequência, os americanos se viram obrigados a estabilizar sua economia, gerando inúmeras revoluções. Entraram em cena, em substituição das políticas keynesianas, as políticas monetárias, ainda no final da década de 1970, principalmente, através de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margareth Thatcher na Inglaterra.

Viram-se então uma contração no crédito, reduções de impostos para as empresas, e redução na remuneração dos trabalhadores. Com isso, o objetivo era aumentar a lucratividade, provocando a retirada do mercado de diversas empresas ineficazes de alto custo, conter a inflação e trazer novamente investimentos de fora dos EUA, atraindo investidores, com elevação da taxa de juros.

Essas medidas monetaristas causaram um desemprego em massa e com o aumento das taxas de juros levaram aos Estados Unidos conhecerem a pior recessão já vista desde a década de 1930.

Quanto à contra-revolução neoliberal de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, ela não foi apenas nem primeiramente uma reação à crise da lucratividade, como também foi e sobretudo uma reação ao aprofundamento da crise da hegemonia. (ARRIGHI, 2008, p.143)

O Estado norte-americano viu-se obrigado a retomar as políticas keynesianas, trazendo de volta o déficit público, porém também voltou a fazer a economia funcionar. Os gastos do governo agora eram maciços em gastos militares e redução dos impostos para os

ricos. Ao contrário da década anterior, o déficit norte-americano não desvalorizou o dólar, pelo contrário, com altas taxas de juros, acabou elevando e muito a moeda norte-americana. Outros países voltaram a comprar dólares, contribuindo para essa valorização.

O governo americano começou a pressionar as outras potências do mundo, na época conhecidas por G5, para ajudar as empresas americanas voltando a reduzir o câmbio do dólar. Esse acordo ficou conhecido por Acordo de Plaza, consolidado em 1985.

Após utilizar o poder de sua hegemonia e impor a outros países o Acordo de Plaza, os americanos viram novamente sua economia crescer, com a volta da lucratividade, do investimento e da produção. Mesmo com o sucesso momentâneo do Acordo de Plaza, mais uma vez nada foi feito pelos americanos no sentido de eliminar a produção ociosa.

Além do Acordo de Plaza, outra solução encontrada pelos Estados Unidos, que na verdade já estava em vigor desde a década de 1970, foi à transferência de fábricas para países de Terceiro Mundo, pois nesses países a mão-de-obra era de fato mais barata, acarretando na diminuição dos custos dos capitalistas, aumentando assim a lucratividade.

Forças de trabalho de baixa remuneração facilmente exploradas associaram-se à crescente facilidade de mobilidade geográfica da produção na abertura de novas oportunidades de emprego lucrativo de capital excedente. Mas em pouco tempo isso exacerbou em todo o mundo o problema da produção de capital excedente. (HARVEY, 2005, p.59)

O capitalismo tem como objetivo gerar acumulação de capital para os capitalistas, não importa a forma. Está sempre mudando, de acordo com o tempo e espaço. Em cada tempo e espaço ele ocorre de uma maneira, apenas o que continua igual é a acumulação de capital. Utiliza diversos meios para isso, principalmente a mão-de-obra da classe trabalhadora, totalmente desamparada, que não consegue se organizar de uma forma efetiva como os capitalistas se organizam.

Os trabalhadores lutam por salários maiores, apenas se limitam a isso, eles não estão questionando o sistema mundo capitalista que vem ocorrendo. Por isso, essa solução de construir fábricas em países de Terceiro Mundo se aplicou, pois nesses países a classe trabalhadora não estava tão organizada como nos Estados Unidos, e também os países de Terceiro Mundo sempre sonharam em seguir o sonho americano de desenvolvimentismo, tornando-se industrializados.

Entretanto, é uma fase temporária, pois era questão de tempo para que a classe trabalhadora em países de Terceiro Mundo se organizasse, mesmo que não com a mesma eficiência, devido a muitos problemas sociais. As empresas americanas, ao transferirem boa

parte de sua produção para fora de seu território, passaram a não exportar com os mesmos números, por isso os americanos defendiam bastante o livre comércio mundial.

Enquanto os americanos se preocupavam em manter-se como o país com maior acumulação de capital no setor industrial, inclusive propondo a Organização Mundial do Comércio, para impor assim o livre comércio mundial, ajudando as empresas americanas a terem livres acessos a diversas economias do sistema mundo, a União Soviética estava chegando ao seu fim.

Os soviéticos acabaram sofrendo com a desilusão popular, o povo soviético já não acreditava mais nos princípios socialistas dos velhos esquerdistas. O mundo estava tomado pelo consumismo capitalista. A influência do estilo de vida americana e seu liberalismo tomavam os quatro cantos do planeta. Todavia, por incrível que pareça a queda da União Soviética não era exatamente o que os americanos queriam, tão pouco foram eles os principais responsáveis pela queda.

Os Estados Unidos ficaram aturdidos e perplexos com o súbito colapso, incertos sobre como lidar com as conseqüências. O colapso do comunismo significava, com efeito, o colapso do liberalismo, ao eliminar a única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo (WALLERSTEIN, 2004, p.29)

A queda da sua principal ameaça desde a Segunda Guerra Mundial, quando de fato os Estados Unidos se tornou uma potência hegemônica, ironicamente desencadeou uma série de questionamentos, principalmente se os americanos na década de 1980 ainda eram realmente um país hegemônico.

Os países de Terceiro Mundo, que desde a Segunda Guerra Mundial seguiam grande parte das instruções americanas, principalmente através de órgãos internacionais, como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a notar que não estavam alcançando o desejado.

Esses países seguiram os modelos indicados pelos americanos de desenvolvimento, e buscaram incessantemente a industrialização, que não lhe trouxeram nenhum desenvolvimento. Pelo contrário, a industrialização não fez com que a renda desses países convergisse, e pior ainda, mesmo, com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), o bem-estar de vida, pregado pelos americanos, obviamente também não chegou ao Terceiro Mundo.

Todos esses fracassos, sociais e políticos, juntamente com a crise de lucratividade, a hegemonia americana começa a ser questionada, ou seja, o consentimento passou a ser duvidoso e até a não existir mais.

Foi nos momentos de dificuldades, nos países mais poderosos, especialmente Estados Unidos, que surgiu a financeirização, processo que já aconteceu na década de 1970 e ganhou força no início da década de 1990 com a revolução monetária e principalmente com a proliferação do pensamento neoliberal que passou a dominar os quatro cantos do mundo, em um momento que o capitalismo central estava em crise.

Segundo Cruz (2007, pg.44), “as políticas neoliberais se difundem em escala planetária sob a impulsão de megagrupos econômicos e da ação estratégica dos Estados mais poderosos, sob a liderança da hiperpotência capitalista”.

Esse processo pode ser chamado como uma reestruturação da economia global, que partiu dos megagrupos econômicos e dos Estados Unidos, ainda detentores da hegemonia mundial, como intuito da manutenção de seus poderes.

A reestruturação econômica também envolve conflitos de vontades, e, em seu curso, ganhadores e perdedores podem ser claramente identificados. O resultado dele, contudo, não é a aniquilação do outro, mas o redesenho das instituições, com a redefinição correspondente dos temas que presidem as relações entre grupos e classes. (CRUZ, 2007, p.37)

O neoliberalismo teve como principal característica uma maior ausência do Estado nos processos de acumulação de capital. O Estado mudou a forma de agir, exceto nas inúmeras privatizações, ele se tornou muito omissivo, principalmente na luta entre capitalistas e trabalhadores, pois passou a haver muita perda de direito de trabalho.

Isso porque os americanos estavam ameaçados no campo produtivo até conseguirem o Acordo de Plaza em 1985 e recuperarem momentaneamente sua produtividade. Todo esse poder financeiro possibilitou um ataque disciplinar contra a força de trabalho que estava em uma onda de revoluções desde o final da década de 1970.

O neoliberalismo é um programa que se caracteriza pelo esforço continuado no sentido de atacar os sindicatos, de reduzir os direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores; uma política que visa reduzir, tanto quanto possível, a presença do Estado na economia, mediante programas radicais de desregulamentação dos diversos setores de atividades, uma política que defende a estabilidade monetária a qualquer preço, mesmo que o significado deste seja a geração de índices brutalmente elevados de desemprego. (CRUZ, 2007, p.41)

O Estado também passou a deixar de lado seus sistemas de regulamentação financeira, que restringiam a mobilidade do capital. Uma forma de incentivar a acumulação de capital nas bases financeiras, visto que em bases produtivas vivia altos e baixos e já não era suficiente para os capitalistas.

Até que no curto prazo as expansões financeiras estabilizaram as economias dos países desenvolvidos, porque os grupos hegemônicos dominantes repassam para outros grupos “subordinados” a intensificação da concorrência, que ameaçavam sua hegemonia. Países em desenvolvimento como o Brasil sofreram muito com o neoliberalismo, pois ele gera crises, aumento de desigualdades transferem as crises do Primeiro Mundo para o Terceiro Mundo.

O capitalismo organizado do pós-guerra padeceu de problemas típicos: inflexibilidade para baixo dos preços nominais; perda de autoridade nas empresas pelo relaxamento do mecanismo disciplinar do desemprego; tendência inflacionária crônica – alvos dos prediletos dos arautos do neoliberalismo. A economia capitalista que emerge das reformas por eles impulsionadas também tem suas taras – aumento vertiginoso das desigualdades sociais, precarização das relações de trabalho, alienação social incrementada, crises crônicas e crises catastróficas em vários pontos da periferia. (CRUZ, 2007, p.47)

Entretanto, com o passar do tempo, expansões financeiras desestabilizam o sistema, através de processos políticos, sociais e econômicos. O capital financeiro sem uma regulamentação rígida gera ataques especulativos e possibilita surtos de desvalorização e destruição do capital, ou seja, o capital financeiro pode ser volátil e de certa forma predatório.

Mesmo tendo uma base em Wall Street, o sistema financeiro continha aspectos multilaterais, com centros nas capitais de países chaves, como Tóquio, Londres e outras. Esse multilateralismo ajudou, junto com o neoliberalismo a disseminar o sistema financeiro pelo mundo.

Logo, após o Acordo de Plaza em 1985, que possibilitou a recuperação da produtividade das empresas dos Estados Unidos e fez com que o Japão enfrentasse dificuldade, e pelo fato de que os americanos necessitavam do Japão, não somente no sentido de disseminar o sistema financeiro, como também de financiar o consumismo norte-americano, houve um novo acordo para revitalizar a economia japonesa.

Ou seja, todos esses acontecimentos provam que os governos dos países mais envolvidos no processo (EUA, Alemanha e Japão) “se ajudaram”, primeiramente através do Acordo Plaza de 1985, alemães e japoneses colaboraram para a reconstrução da economia americana, e dez anos mais tarde os americanos socorreram os japoneses.

O acordo de 1995, caracterizado como “Acordo de Plaza invertido”, teve imensa importância para a crise atual que estamos presenciando. As medidas tomadas nesse acordo fizeram com que grande parte do mundo “injetasse” seu dinheiro no mercado financeiro americano. Dinheiro esse que veio principalmente da Ásia Oriental e do Japão.

O governo japonês comprou muitos dólares e títulos públicos americanos, e ainda encorajou empresas e seguradoras japonesas a fazerem o mesmo, deixando de lado a regulamentação sobre investimentos no exterior. Isso fez com que os juros diminuíssem bastante, abrindo caminho para o endividamento das empresas, que tinha objetivo de financiar a compra de ações na bolsa.

Havia muito dinheiro no mercado americano, a liquidez era intensa, tornando-se tendência o investimento na bolsa. O custo para tomar crédito também era muito baixo, a moeda dólar estava cada vez mais valorizada. Esses fatores foram fundamentais para a bolsa de valores decolar.

Segundo Arrighi (2008, pg.122), “essa inundação de capital estrangeiro nos Estados Unidos e a valorização do dólar a ela associada foram ingredientes essenciais para transformar o boom do valor dos ativos anterior a 1995 e na bolha que veio em seguida”.

A bolha é uma possibilidade inscrita na própria instituição da liquidez. O acionista institucional do mercado financeiro não se satisfaz mais em embolsar dividendos. Ele busca sobretudo a plena liquidez de suas aplicações, isto é, a possibilidade de realizar ganhos de capital em bolsa de valores e, portanto, de reavaliar suas escolhas a cada momento e de desfazer-se de tais ou tais títulos. (CHESNAIS, 2003, p.62)

A desregulamentação financeira teve contribuição para a expansão da bolha. O Federal Reserve System (FED), banco central americano, não regulava o mercado financeiro de forma expressiva e também não tomava nenhuma medida para impedir esse ímpeto das empresas e de pessoas a investirem em demasia, como controlar a oferta de crédito através das taxas de juros.

Apenas em 1997, o FED tomou algumas medidas nesse sentido, porém além de ser tarde demais, provocou oscilações no mercado, desencadeando forte queda nos preços das ações e gerando desconfiança por grande parte dos investidores. Diante das respectivas reações o FED desistiu de aumentar os juros, voltando a ser como era anteriormente.

Outra força motriz para a intensificação da bolsa foi às tomadas decisões das próprias empresas não financeiras americanas, que se endividaram para comprar ações na bolsa, aplicavam seus lucros na bolsa, tomavam empréstimos para aplicar na bolsa, praticaram fusões, e até recompraram suas próprias ações em poder público. Isso fez com que os preços dos ativos se elevassem muito, atingindo valores irrealistas, absurdos.

Graças às condições calmas mantidas pelo FED nos mercados financeiros – bem como a valorização de seus ativos resultando da subida no preço por suas ações -, as empresas não financeiras foram capacitadas a aumentar vastamente as suas tomadas de empréstimo com o propósito de adquirir ações em quantidades colossais – seja para realizar fusões e aquisições ou para simplesmente recomprar (retirar de circulação) suas próprias ações em mercado. (BRENNER, 2003, p.207)

Essa expansão da bolha impulsionou um aumento da expansão econômica. Isso porque com as empresas não financeiras comprando um elevado número de ações, inevitavelmente compraram ações de pessoas físicas. Portanto, proporcionou um grande poder de compra para a população americana, incitando assim em um aumento no consumo.

O Estado americano historicamente, conforme citado acima, sempre se importou em manter elevada a taxa de lucro dos capitalistas, em prol da expansão econômica, e de fato nunca fez um rearranjo em seus setores produtivos. Mesmo com a financeirização proporcionando lucros e até impulsionando o setor produtivo, a economia americana deu sinais de vulnerabilidade.

O setor produtivo americano voltou a sofrer com a concorrência de produtores de outras nacionalidades, em especial Japão e Alemanha. Com o dólar em alta, por efeitos do Acordo Plaza invertido, expansão econômica e a bolha no mercado financeiro, as exportações dos americanos passaram a ficar comprometidas, e em um efeito contrário, as importações, principalmente do Leste Asiático cresceram extraordinariamente, sustentando o aumento do consumo da população norte americana.

A economia americana estava muito dependente e vulnerável a outras economias do sistema mundo, e passou a sofrer com as crises em economias que investiam no Tesouro Americano e que mantinham grandes relações comerciais com os Estados Unidos.

As empresas norte-americanas, que sempre buscaram a máxima acumulação de capital com o ajuda do governo americano, não se preocuparam historicamente em fazer um rearranjo industrial, pois conforme citado anteriormente, em todas as crises sempre foram tomadas outras decisões para se manter a lucratividade.

Segundo Arrighi (2008, pg.176) a provável causa do declínio das empresas americanas foi de que as empresas de integração vertical (maioria das empresas de sucesso nos EUA) não reagiram bem à luta competitiva entre os capitalistas do mundo.

Assim, as empresas de integração horizontal obtiveram maior êxito, pois restringem a concorrência através de fusões, compra ou tomada do controle de empresas parecidas. Mas Arrighi (2008, pg. 177) ressalta que as combinações horizontais eram difíceis de serem praticadas em mercados saturados, caso americano.

O modelo vertical adotado pelos americanos era baseado em economias de escala, tipicamente conhecido como fordismo. Já o modelo horizontal, proveniente do leste asiático é baseado em economias de escopo, denominado como “toyotismo”.

Grande prova disso é que o exemplo de empresa vertical, uma grande corporação, empresa símbolo dos Estados Unidos, a General Motors (fábrica de automóveis), detentora de até 3% do PIB americano nos anos 50 está em grande crise. Hoje o Wal-Mart (rede de supermercados) tomou o lugar da General Motors e chega a ter 2,3% na participação do PIB americano.

A GM era uma empresa industrial com integração vertical que instalou unidades de produção em todo o mundo, mas continuou profundamente enraizada na economia norte-americana, onde era fabricado e produzido o grosso de seus produtos. O Wal-Mart, ao contrário, é basicamente um intermediário comercial entre os fornecedores estrangeiros (basicamente asiáticos), que fabricam a maior parte de seus produtos, e os consumidores norte-americanos, que compram a maior parte deles. (ARRIGHI, 2008, p.181)

A General Motors só não foi à falência porque o então presidente Barack Obama anunciou um pacote fiscal gigantesco para salvar não só a GM, como diversas indústrias e também bancos e instituições financeiras, ou seja, mais uma vez o Estado intervém em prol dos capitalistas. Hoje em dia ter um grande parque industrial realmente não é mais um sinal de desenvolvimento. Tanto que grande parte está situada em países pobres. Está se sobressaindo o marketing, comércio varejista e a manutenção da marca.

Além de todos esses problemas nos setores industriais e financeiros que ocorrem desde a década de 1960, outra tendência que coloca a hegemonia americana em cheque tem sido levantada nos últimos anos, uma nova postura imperialista tomada pelos norte-americanos, ou seja, uma busca pelo domínio territorial.

Essa postura se tornou evidente desde os ataques de 11 de setembro de 2001, os americanos tomaram essa postura, porém com o discurso de guerra contra o terrorismo, uma defesa da paz e da liberdade mundial. Entretanto, essas atitudes não estão sendo interpretadas dessa forma pelos outros países do sistema-mundo.

O governo norte-americano suspeitava de possíveis ataques contra o país, sem saber quando e onde seriam, porém, nada fez para intervir. Pois os americanos queriam motivos e argumentos para controlar o fluxo do petróleo no mundo.

Os atentados de 11 de setembro ocorreram não por falha dos órgãos de segurança e inteligência dos Estados Unidos. Interesses vários entrelaçaram-se para deixar que os atentados ocorressem, pois tanto o FBI quanto a CIA possuíam detalhadas informações sobre a possibilidade de seqüestros de aviões para ataques suicidas. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p.640)

Com o argumento de que o Iraque possuía ogivas nucleares e ameaçava o planeta, os Estados Unidos invadiram o país de Saddam Hussein, declarando guerra contra o terrorismo. Entretanto, estava claro que o objetivo era outro, visto que os iraquianos não tinham participado dos ataques de 11 de setembro de 2001.

A guerra contra o terrorismo, declarada por George W. Bush servia em realidade como *rationale* para atacar o Afeganistão, Iraque, Irã e outros países muçulmanos, a fim de assegurar o controle sobre todas as fontes de petróleo, bloqueando o acesso, sobretudo da China, através do livre mercado. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p.640)

Segundo Arrighi (2008), faltou cuidado por parte dos americanos em transmitir para o mundo a idéia de que a invasão ao Iraque fosse com objetivo de proteger o mundo do terrorismo. Pois essa invasão não é vista dessa forma, e sim como realmente é a intenção de se apropriar de um território rico em petróleo e ainda por cima bem localizado perto da Ásia e Europa. David Harvey também concorda com essa idéia.

Os oponentes da guerra com o Iraque descrevem com freqüência o conflito como motivado todo por causa do petróleo. O governo norte-americano ou descarta de imediato essa alegação por absurda ou ignora por completo a questão. Não há dúvida de que o petróleo é crucial. (HARVEY, 2005, p.24)

Wallerstein (2004, pg.312) argumenta que com a Guerra do Iraque e as represálias aos atentados terroristas de 11 de setembro, os Estados Unidos tentaram provar ao resto do mundo que ainda eram a maior potência militar, contudo essa retaliação realçou a fraqueza econômica americana, pois sua força de guerra foi financiada por outros países.

É evidente que essas atitudes imperialistas por parte do governo americano é uma tentativa de mostrar ao mundo o seu poder, e também sair em vantagem, dominando um país rico em petróleo, matéria-prima fundamental nos dias atuais para o sistema capitalista.

Arrighi (2008, pg. 187) define essa estratégia americana como um “Novo Projeto Imperial dos Estados Unidos”, e destaca que o mesmo está fracassando, sendo mais um fator preocupante que afeta diretamente a tentativa americana de retomar a hegemonia mundial.

Cada vez mais isolados na opinião pública mundial, sem credibilidade, sem moral, os Estados Unidos estavam a perder, a liderança das potências industriais e, conseqüentemente, as condições de exercer a hegemonia, dada a repulsão que sua beligerância estava a provocar. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p.747)

Até porque com exceção dos ingleses, o restante do mundo está rejeitando a liderança americana de modo nunca visto antes. Isso é evidente nos regimes de diversos países, e até recentemente a China e a Alemanha propuseram a substituição do dólar como moeda “chave” da economia global.

A maioria em todas as quatro nações islâmicas duvidava da sinceridade da guerra contra o terrorismo e julgava que os esforços dos Estados Unidos visavam controlar o petróleo do Oriente Médio e dominar o mundo. Na Europa, um ano após a invasão no Iraque, o descontentamento com os Estados Unidos e suas políticas se havia intensificado. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p.747)

Embora o Iraque tenha muito petróleo, matéria prima muito requisitada nos dias atuais, o que agrava ainda mais é o fato de mesmo com os ganhos obtidos com petróleo, os gastos de guerra são altíssimos e superam os ganhos, dando assim prejuízos ao invés de vantagens aos americanos.

Sem dúvida, as imensas dificuldades econômicas e financeiras dos Estados Unidos, entre outros fatores, tornavam cada vez mais difícil a sustentação do império, por mais de poucas décadas. Eles se tornaram uma superpotência altamente vulnerável, dependente de outros países tanto para seu abastecimento energético, quanto do influxo de capitais para o financiamento de seus déficits e de sua dívida externa. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p.747)

Ainda se não bastassem todos esses problemas, a bolha do sistema financeiro americano estourou de vez através da crise imobiliária, que também teve origem nos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Naquela época, após os incidentes, o presidente George W. Bush decretou uma série de medidas com intuito de incentivar o consumo e aquecer o mercado imobiliário nos países. Para ele, o que a população americana não precisava no momento era entender o absurdo em torno dos ataques, mas sim, consumir, consumir e consumir para reaquecer a economia abalada.

O mercado imobiliário americano, até então conservador no que diz respeito à disponibilidade de financiamentos fáceis, iniciou uma verdadeira jornada de captação de novos clientes. Desde financiamentos imobiliários de gente com crédito extra no mercado, até oferecer financiamentos para famílias no vermelho.

O risco de tais financiamentos foi acobertado pelos principais bancos imobiliários dos Estados Unidos, que, por sua vez, venderam boa parte dessas dívidas compradas para outras instituições financeiras do mundo. O efeito dominó aconteceu e de forma implacável.

Através de um efeito dominó, os bancos que assumiram a dívida final começaram a cobrar o pagamento da dívida dos bancos imobiliários norte-americanos que, por sua vez, também cobraram dos cidadãos americanos e não receberam, obviamente.

Desamparados pelo Estado americano, diversos bancos imobiliários americanos, de um dia para o outro, observaram seus fiéis correntistas sacarem seus investimentos e em consequência disso, foram obrigados a decretar falência, repercutindo na crise do mercado financeiro internacional, que, até o momento, interpretava a economia americana como sólida e inabalável.

O Estado americano, através de seu presidente Barack Obama, que assumiu o poder no contexto da crise, anunciou um pacote de ajuda a empresas e instituições financeiras, para que o sistema financeiro norte-americano e também mundial não quebrasse.

Através de uma narrativa histórica podemos perceber os fatores cruciais que se tornaram fundamentais para o fim da hegemonia norte-americana, que segundo os autores pesquisados estão no fim ou já não existe mais.

O sucesso dos Estados Unidos como potência hegemônica no período do pós-guerra criou condições para que sua própria hegemonia fosse minada. Esse processo pode ser capturado em quatro símbolos: a Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do muro de Berlim em 1989, e os ataques terroristas de setembro de 2001. (WALLERSTEIN, 2004, p.25)

Já Arrighi (2008, pg. 213) indica a preocupação americana com o crescimento chinês vai mais adiante e defende que está ocorrendo uma substituição do país hegemônico do sistema mundo, Estados Unidos, pela China, que desponta, seguindo sua projeção participativa no setor econômico nos últimos anos. Ou, como diz Moniz Bandeira,

E possivelmente até 2020, conforme as previsões, seriam ultrapassados pela China, como a maior economia mundial, em termos de paridade do poder de compra. A perspectiva delineada era de que seu declínio seria tão vertiginoso e violento quanto sua ascensão ao status de potência hegemônica, chefe e guia de um sistema ultra-imperial de alianças, que desde a guerra contra o Iraque começara visivelmente a esgarçar e partir. (MONIZ BANDEIRA, 2006, p.757)

4 TRAJETÓRIA CHINESA

O objetivo deste capítulo é descrever uma breve revisão histórica da China, identificando os fatores determinantes em sua história, como o período das dinastias, a Guerra do Ópio, a Revolução Chinesa de 1949 e as reformas econômicas de 1978. Pois é fundamental para analisar esse momento reordenamento do eixo econômico mundial e a grande ascensão chinesa.

A China possui uma rica história, com muitas peculiaridades e detalhes, entretanto o presente capítulo fará uma abordagem sintética, para evidenciar essa trajetória milenar. Para isso está dividido em três seções. A primeira apresentará a história antiga da China desde seus tempos mais primórdios até o fechamento do país, sua revolução de 1949 e suas conseqüências. Na segunda parte será abordado o período das reformas de 1978 e a estratégia política e econômica adotada por Deng Xiaoping e seus seguidores. A última seção discorrerá sobre as conseqüências das reformas e os desafios a serem enfrentados pelos chineses para se tornarem uma hegemonia.

4.1 China: um país milenar

Os chineses formam a nação mais antiga do mundo, em termos de cultura, que existe hoje no mundo. Os primeiros registros de povoados chineses são de 7000 a.C. Por um longo período, até 1500 a.C os chineses viviam em comunidades pequenas e independentes, até que passaram ao período mais de 10 dinastias, onde o trono era passado de pai para filho e a família era conhecida por dinastia, mesmo assim a unificação só ocorreu em 960, após intensos conflitos entre candidatos a imperador.

Os períodos regidos por governos centralizados alternaram-se com períodos de anarquia, à medida que dinastias fortes tomavam o poder, disputando o controle da terra e do povo, e, entretanto eram destruídas pela discórdia interna ou pela invasão externa. A primeira dinastia chinesa começou por volta de 2200 a.C., com a família Xia, num reino cujo centro ficava no norte, no vale do rio Amarelo. (CHINA, 1987, p.89)

Nessa época a economia chinesa era definida pela agricultura de subsistência, entretanto, a já estava florescendo indústrias e comércio, principalmente o marítimo. Os chineses também sempre se destacaram pelas suas invenções, como a bússola, a pólvora, o ferro e a seda. Não se pode pensar em China sem citar a incrível Muralha da China, que

começou a ser construída em 221 a.C, com o intuito de impedir os avanços de povos nômades.

A China nunca foi um país com sede para aumentar seus territórios, pelo contrário, seu objetivo em grande parte da sua história milenar, foi de proteger seu território de invasões de bárbaros, justificando a construção da Grande Muralha. Os chineses chegaram a ser a nação mais rica, populosa e produtiva no século XIII, muito a frente inclusive dos europeus, porém, sofreram com o ataque de nações vizinhas, os mongóis, japoneses e até portugueses.

A China atingiu e definiu as fronteiras que manteria quase continuamente. Auto-suficiente e auto-contida, a nação imperial fez algumas incursões esporádicas fora das muralhas que construía para defender seu território, mas canalizou a maior parte de sua energia internamente, cultivando uma estabilidade e uniformidade de cultura, economia e estrutura social sem paralelo entre os impérios antigos. (IMPÉRIOS..., 1990, p. 139)

Segundo Arrighi (2008, pg.331), a grande maioria dos países orientais, principalmente a China, através de seus Estados, não incorporavam os interesses capitalistas. Havia sim capitalistas na China, porém eles não conseguiram transformar seus interesses em interesses nacionais. Na China havia Imperador, e ele se preocupava muito em manter o território chinês, que não se modifica a muitos e muitos anos. Até em consequência disso a China nunca foi um país expansionista, apenas se expandiu em territórios próximos ao seu, mas para garantir a paz e a segurança nacional, nunca em busca de lucros.

O mercado na China era um instrumento de governo do Estado chinês. Diferentemente dos europeus, os chineses sempre procuraram um desenvolvimento do mercado interno, baseado na agricultura, redistribuição e recuperação de terras e em troca com países vizinhos.

A última dinastia a governar a China, dinastia Qing, tentou de todos os modos controlar o comércio exterior, porém passou a sofrer com as pressões das potências ocidentais em expansão. Por volta de 1830, teve início o comércio do ópio, as importações começaram a superar as exportações, propiciando uma grande saída de prata (moeda na época) do país, logo, causando rombos nas finanças do Estado.

Para os gananciosos mercadores ingleses, portugueses, americanos e franceses nele envolvidos, o tráfico do ópio era um mercado inesgotável. Depois de aliciado, jamais se perdia o freguês. O vício do ópio, segundo um relatório chinês, espalhar-se desde a pequena nobreza até artesãos, mulheres e, mesmo os monges budistas e taoístas. (CHINA, 1987, p.99)

Os ingleses estavam ansiosos para assegurar o mercado chinês e buscavam estabelecer acordos diplomáticos com os chineses, porém os chineses se recusavam, pois estavam sendo prejudicados em suas finanças e no vício de sua população. Entretanto, os ingleses não desistiram.

Entre 1839 e 1842, os chineses e os britânicos entraram em guerra devido ao comércio do ópio. Os ingleses se tornaram vencedores e a China foi obrigada a ceder Hong Kong e a abrir cinco portos livres, onde estrangeiros poderiam praticar o comércio sem serem submetidos às restrições chinesas.

A tensão aumentou e um incidente envolvendo marinheiros britânicos deflagrou a Guerra do Ópio. Foi um confronto desigual. Os chineses estavam despreparados para lutar e nem queriam isso. Só desejavam o fim do tráfico, que consideravam imoral. Os ingleses tomaram várias cidades costeiras. Quando ameaçaram subir o rio Yangtze até Nanquim, os chineses pediram paz. (CHINA, 1987, p.99-100)

A derrota na Guerra do Ópio enfraqueceu o poder imperial dos Qing e uma série de conflitos internos se tornou constante. O exército não estava preparado para conter as rebeliões. Em consequência disso, milhares de pessoas morreram nos conflitos e também de fome.

Os chineses, no final do século XIX, já estavam praticamente dominados pelas potências européias, que nesta época estavam muito mais avançadas que a China, baseadas em políticas expansionistas, e detentoras de superioridade tecnológica, maior riqueza e capacidade de organização.

Segundo Arrighi (2008, pg. 347), a China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo, pelo contrário, ela se tornou um membro subordinado e cada vez mais periférico do sistema capitalista global.

Entretanto, essa situação favoreceu a ascensão do nacionalismo, e nos primeiros anos do século XX, foi fundado o primeiro partido político chinês, conhecido como o *Kuomintang* (Partido Nacional do Povo), com o intuito de expulsar os estrangeiros e estabelecer uma República. Esse partido chegou a derrubar a dinastia Qing e declarou seu líder como presidente, porém em menos de um ano foi deposto e substituído por um militar.

Nessa época ninguém e nenhum grupo conseguiam controlar o país, na maior parte do tempo parcelas do território eram dirigidas por senhores de guerra locais, interessados apenas na coleta de impostos. Foi nesse contexto que o marxismo ganhou força entre os intelectuais chineses. Em 1921 foi fundado o Partido Comunista Chinês (PCC), que se juntou com o *Kuomintang*, para lutar contra os senhores de guerra.

A dinastia Qing para todos seus efeitos terminara em 1912, dando lugar a primeira república chinesa. O novo governo foi fundado por um médico que lutou durante anos para tornar a China uma democracia. Mas, nos 37 anos seguintes, ninguém e nenhum grupo conseguiam controlar o país. Senhores de guerra locais controlavam parcelas do território interessado nos impostos. (CHINA, 1987, p.101)

Em 1927 morreu o líder do *Kuomintang*, Sun Yat Sin, e seu sucessor traiu o PCC e causou uma intensa batalha entre os nacionalistas e os comunistas. Contudo, nesse mesmo período, o Japão passou a atacar a China, fazendo com que os partidos se unissem novamente em prol da defesa da nação.

Em 1921 foi criado o Partido Comunista Chinês, mas em seguida, consolida-se o Partido Nacionalista (Kuomintang), chefiado pelo general Kai-chek. Em 1927, os nacionalistas tomam Pequim e, em 1934 após furarem o cerco sofrido no sul, os comunistas, chefiados por Mao Tse-Tung, empreendem a Grande Marcha em direção ao norte. Paralelamente, após invadirem a Mandchúria, os japoneses, em 1937, tomam Xangai e Nanquim. (GALVÊAS, 2007, p.22)

Somente após a vitória sobre os japoneses, enfraquecidos pela Segunda Guerra Mundial, em 1945, voltaram a lutar entre si em busca da liderança da China. Após quatro anos de conflitos, em outubro de 1949, o Partido Comunista Chinês de Mao Tse-tung tomou o poder do país, com o apoio soviético, anunciando a fundação da República Popular da China (RPC).

Com a vitória na Segunda Guerra Mundial, os americanos saíram fortalecidos, e pregavam nos quatro cantos do mundo o estilo de vida americano, e passaram a implantar a cultura capitalista em diversos países. Na China, com a vitória de Mao e seus seguidores, os americanos não conseguiram seu objetivo. Os chineses adotaram o modelo leninista de Estado, promovendo assim a implantação de um modelo socialista.

Com a derrota definitiva do Japão na Segunda Guerra Mundial, os exércitos soviéticos ocupam a Mandchúria, enquanto a luta interna entre nacionalistas e comunistas prosseguia com força total. Por fim, em 1949, as forças comunistas triunfam em toda a China. (GALVÊAS, 2007, p.22-23)

No auge da Guerra Fria, buscando a contenção da influência comunista, os americanos isolaram a China do comércio mundial, aplicando-lhe embargos econômicos e ainda deu apoio o partido rival de Mao-Tse Tung em batalhas pela libertação de Taiwan.

Os comunistas tinham a intenção de consolidar um novo regime político, acelerando os processos de coletivização e principalmente traçando um novo caminho para o

desenvolvimento econômico, promovendo e estimulando a nacionalização de indústrias pesadas. Aos olhos de Mao Tsé-Tung,

a China precisava modernizar-se tomando emprestado, e adaptando às circunstâncias locais, o melhor da ciência e tecnologia ocidentais [...], buscar o controle intrusivo do Partido sobre as vidas diárias do povo chinês, a eliminação dos capitalistas e dos proprietários de terras da China e a retirada do país dos mercados mundiais (STORY, 2004, p.109-110)

A China estava em profundo subdesenvolvimento, atraso e miséria. Para Medeiros (1999), dadas as condições em que se encontrava a economia chinesa, o aumento da produção e da produtividade agrícola eram metas estratégicas para os novos líderes chineses, além da necessidade de uma política de aceleração da industrialização do país.

Entre 1950 e 1956, Mao e seu partido, nacionalizaram a economia e sanearam as finanças nacionais. Através da força, brutalmente aplicada, fizeram a reforma agrária, destruindo, no processo, a pequena nobreza rural, os proprietários ricos que, por séculos, tiranizaram os camponeses sem terra. O PCC criou comunas agrícolas que impulsionaram muito a produção no campo, melhorando a estabilidade social no interior da China.

Simultaneamente em que colocava em prática a reforma agrária, a população nas cidades crescia rapidamente, indicando que a China necessitava se modernizar, em busca de novas alternativas de desenvolvimento. Então em 1958, o PCC lançou o projeto do Grande Salto para Frente. A idéia de Mao e de seus seguidores era de conseguir a auto-subsistência, sendo que cada província, organizada em “comunas” deveria produzir não apenas alimentos, mas também bens necessários para o desenvolvimento, como bens de capital.

E a medida tomada foi de investir maçicamente em indústrias de aço e infraestrutura, como barragens, estradas, canais de irrigação que proporcionavam melhores condições tanto para a área urbana quanto para a área agrícola.

O objetivo era criar unidades autônomas e integradas, conferindo a cada comuna, um caráter autárquico; ao lado da produção agrícola foram criadas indústrias locais para o abastecimento da população em produtos de uso corrente, e também mecanismos próprios de defesa militar. Cada cidadão deveria ser camponês, operário e soldado. (REIS FILHO, 1982, p.28-29)

Entretanto o Grande Salto para Frente não foi bem sucedido, os chineses obcecados para conseguirem alcançar os resultados propostos, pecaram no planejamento e sofreram muito com o clima, que não ajudou. Com os problemas, os chineses ao invés de se tornarem auto-suficientes viram milhões de pessoas morrerem de fome.

A questão do desenvolvimento chinês nos anos sessenta e setenta não era de falta de dinamismo, mas da existência de profundos desequilíbrios setoriais (em particular o atraso da agricultura) originados especificamente da estratégia do “grande salto a frente” proposta por Mao no final dos anos cinquenta. (MEDEIROS, 2010, p.2)

Com as falhas ocorridas no projeto, inúmeras críticas foram feitas ao Partido e também diretamente a Mao Tse-Tung. Chocado com o desastre de seu plano e abalado com as críticas Mao chegou a se retirar da direção dos negócios do Estado. Porém, não ficou fora por muito tempo.

Então Mao montou um programa de educação política visando transformar cada soldado do gigante aparato militar chinês num dedicado comunista de esquerda. O sucesso do programa de Mao no Exército de Libertação Popular (ELP) o levou a tentar o mesmo para o restante da sociedade chinesa. Através da Revolução Cultural, Mao apelava para a população não se esquecer da Revolução de 1949, a luta de classes e o combate aos antigos hábitos chineses.

Intelectuais começaram a expor-se publicamente, através de ensaios e comentários, expondo os erros do Grande Salto para Frente. Seguiu-se desse movimento uma contra ofensiva, partindo do presidente Mao, marcada pela violência e ataque a membros do Partido e a qualquer um que criticasse a ordem estabelecida. A chamada Revolução Cultural representou a tentativa de Mao recuperar os ideais socialistas. (RIBEIRO, 2008, p.95)

A partir daí, a China passou a sofrer com uma série de conflitos internos. Os intelectuais ou cidadãos que se contrapunham as idéias da Revolução, de atingir um Estado socialista ideal, ou seja, uma nação absolutamente igualitária, dirigida pelas massas e solidamente controlada pelo PCC, eram reprimidos e corriam riscos de vida.

Mesmo apesar de todo seu carisma, com o passar dos anos começaram a crescer alguns movimentos populares contra a tirania da Guarda Vermelha de Mao, e suas idéias de coletivização e igualitarismo. O próprio Mao percebia que sua Revolução Cultural não estava mais dando resultados satisfatórios, mesmo assim ele insistia que ela deveria prosseguir.

A partir de meados de 1967, já havia sinais de enfraquecimento político de Mao, mesmo assim a Revolução Cultural seguiu-se até sua morte em 1976. Nessa época eram intensas as divergências e a luta por poder dentro do PCC, pois muitos pretendiam o lugar de Mao.

Em 1977, Deng Xiaoping ascendeu ao poder, após vencer inúmeras disputas entre facções conservadoras e liberais. Deng adotou medidas que antes pareciam impossíveis,

colocando em prática uma política gradual de reformas e abrindo a economia chinesa em fases.

Com a morte de Mao e apoio dos membros da província do leste, Deng Xiaoping volta ao poder em 1977 e, a partir daí, rivaliza com Hua Guofeng em relação ao melhor caminho para o crescimento chinês. Embora esse último ainda estivesse atrelado à antiga ideologia, Deng aos poucos procurava difundir suas idéias, defendendo a modernização e a abertura. (RIBEIRO, 2008, p.97)

4.2 As reformas econômicas da China

Ao assumir o poder, Deng Xiaoping pretendia modernizar a China, principalmente através de estratégias econômicas, com o objetivo de tornar a China uma potência econômica até a metade do século XXI.

Durante o Terceiro Plenário do 11 Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC), foram aprovadas as primeiras medidas do programa de reformas necessárias para alcançar o desenvolvimento. O programa de reformas econômicas tinha como estratégia colocar em prática as “quatro modernizações” (agricultura, defesa nacional, indústria e ciência e tecnologia) já propostas anteriormente da Revolução Cultural e a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), abrindo parte do território chinês para o investimento de capital estrangeiro. Essa abertura econômica era muito contestada por vários membros influentes, ainda com idéias marxistas.

Deng Xiaoping encontrou uma série de dificuldades, pois houve grande resistência por parte de vários grupos espalhados pelo país. Inclusive de próprios aliados, que não concordavam com algumas de suas idéias.

Deng não previu, contudo, a extensão e a intensidade da oposição que teria pela frente. Seus camaradas reabilitados, especialmente Chen Yun, embora querendo afastar-se dos desastrosos planos de ação social, política e econômica de Mao, não concordavam obrigatoriamente com a fórmula econômica de Deng. (MARTI, 2007, p.1)

Mesmo com tantos opositores e com bastante dificuldade, Deng Xiaoping conseguiu com o tempo aplicar suas medidas fundamentais para a mudança de postura que possibilitou a grande ascensão econômica da China nas décadas seguintes.

A reforma na agricultura foi de suma importância para resolver um problema crônico chinês, a fome. A agricultura chinesa tinha que garantir a subsistência de milhares de pessoas,

a China sempre foi um país muito populoso, mesmo com severos controles de natalidade. Mesmo com um vasto território, pouca parte do mesmo era cultivável.

Portanto a reforma na agricultura foi em base de aumentos na produtividade. Tanto a produtividade do solo, como também da produtividade dos trabalhadores rurais. Foi investido em novos equipamentos e novas técnicas de cultivo e também reorganizado o método de trabalho.

Segundo Story (2004, pg. 111), ao modernizar a agricultura, o Estado chinês tinha como objetivo acabar com os direitos de propriedades como características de uma sociedade de classes. Logo, as comunas agrícolas criadas por Mao foram extintas e foi feita uma distribuição de terras as famílias rurais.

Outro grande ponto da reforma agrária chinesa foi o reajustamento dos preços. Antes da reforma, os agricultores eram obrigados a vender sua produção para o Estado, que pagava muito pouco. Após a reforma, os agricultores eram obrigados a vender apenas parte da sua produção ao Estado, tendo liberdade para vender o excedente no mercado de acordo com as leis de oferta e demanda.

Além disso, o Estado valorizou a cota que comprava dos agricultores, deixando de pagar quantias irrisórias pela produção agrícola e ainda estimulou o comércio dos excedentes dos camponeses reabrindo feiras e mercados rurais para a comercialização.

A principal reforma foi a introdução, entre 1978 e 1983, do Sistema de Responsabilidade Familiar, que retirou das comunas a responsabilidade das decisões e do controle dos excedentes agrícolas e devolveu-a às famílias. Além disso, os preços dos produtos agrícolas foram elevados substancialmente. Como consequência, a produtividade e o lucro da atividade rural aumentaram de forma extraordinária, fortalecendo a tendência das empresas de comunas e de brigadas a produzir mercadorias não agrícolas. (ARRIGHI, 2008, p.366-367)

Essas mudanças tiveram excelente resultado, pois impactou no aumento do consumo das famílias rurais e na melhora da produção agrícola e esse crescimento ajudou na produção industrial, pois o crescimento da renda das famílias rurais incidiu diretamente no aumento do consumo do povo do campo por bens industriais.

Outra reforma implantada pelo Estado chinês ocorreu nos setores industriais através da transferência de responsabilidades de órgãos governamentais para as empresas públicas, exigindo assim maior responsabilidade das empresas em suas ações e no lucro. Antes dessa alteração na responsabilidade, as empresas apresentavam produtos de baixa qualidade, além de baixa rentabilidade e produtividade. Com a mudança, praticamente todas as empresas passaram a aumentar o valor de sua produção e alcançando lucros mais elevados.

É importante ressaltar o esforço do Estado chinês para incentivar a instalação de indústrias no campo, gerando emprego para a imensa população agrícola da China. Isso evitou que houvesse uma migração elevada para as cidades e possibilitou que muitas pessoas além de terem suas terras e produzirem, também pudessem trabalhar em outros períodos nas fábricas instaladas na região.

O crescimento do excedente agrícola viabilizou e foi viabilizado por uma ampla expansão de empresas rurais, de vila e pequenas cidades (EVC). A produção destas empresas – em sua grande maioria pertencentes aos governos municipais – inclui equipamentos elétricos, produtos têxteis, implementos agrícolas, equipamentos domésticos voltados essencialmente ao mercado interno. (MEDEIROS, 2010, p.4)

O Estado chinês também facilitou os financiamentos para os investimentos, estimulando a criação de empresas privadas para gerar concorrências com as estatais, mesmo que os recursos não foram usados da melhor maneira possível.

O investimento maciço em educação possibilitou que a gigantesca população chinesa se preparasse para o mercado de trabalho, diminuindo o índice de analfabetismo, melhorando a educação básica além de melhoria a formação superior.

No longo prazo, essa qualificação do povo chinês, incentivada pelo Estado contribuiu para a substituição de máquinas e equipamentos para uma mão-de-obra preparada e barata, dando assim excelentes condições para as indústrias produzirem mercadorias de qualidade com custos baratos, sendo competitivas com qualquer indústria no mundo.

As políticas governamentais no campo da educação dotaram a China de um reservatório de recursos humanos que, ao lado de enorme oferta de operários alfabetizados e industriais, inclui um suprimento de engenheiros, cientistas e técnicos em expansão. Essa oferta em expansão de trabalhadores do conhecimento facilita não só a substituição de máquinas e de administradores caros por mão-de-obra barata e instruída, como também, o aprimoramento da divisão social do trabalho para a produção e inovações com o uso intensivo de conhecimentos. (ARRIGHI, 2008, p.372)

Outro fator fundamental na reforma colocada em prática por Deng Xiaoping e seus seguidores foi à abertura da economia chinesa ao exterior, permitindo o acesso de empresas estrangeiras no mercado chinês, com intuito de modernizar a sistema produtivo.

Essa abertura ocorreu no âmbito do comércio (importação e exportação), através da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's). Algumas regiões da China foram selecionadas para acolherem empresas estrangeiras. As quatro primeiras zonas econômicas

especiais foram Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen. Foram escolhidas a dedo, todas no Sul da China e perto de Hong Kong.

Em outras palavras, as zonas econômicas especiais foram concebidas para atrair os investidores estrangeiros que, em troca, introduziriam na China tecnologias e métodos modernos de administração, com o propósito de criar um fluxo de exportações gerador de divisas, encorajados por vendas sem impostos, taxas reduzidas, tarifas menores, infra-estrutura moderna, legislação trabalhista e salarial flexível e menos burocracia. (MARTI, 2007, p.10)

É evidente que os chineses, atrasados cientificamente e tecnologicamente, buscavam acesso a tecnologia estrangeira, além de atrair Investimentos Diretos Externos (IDE), com intuito de aumentar as exportações chinesas e inserir a China no comércio mundial.

Para as empresas estrangeiras foi muito bom, pois a crise de lucratividade era constante, os trabalhadores dos países considerados de Primeiro Mundo estavam unidos em prol de um bom salário, enquanto a China oferecia mão-de-obra qualificada e extremamente barata, além de isenções fiscais e incentivos, diminuindo o custo e aumentando o lucro das empresas.

O mercado chinês também foi fundamental para a entrada dessas empresas na China, pois um país tão grande e tão populoso apresentava um mercado promissor que precisava ser explorado.

O Estado chinês olhava tudo isso em longo prazo, pois como seu planejamento sempre foi baseado em ser a principal potência econômica em cem anos. Logo, para os chineses era fundamental conhecer o processo produtivo, aprender a produzir e se igualar tecnologicamente ao resto do mundo.

Apesar de tudo, a abertura e a captação do capital estrangeiro, a China tinha como fundamental buscar sua auto subsistência, para isso todo o fundo de capital estrangeiro era visto como uma complementação do capital interno. A economia nacional continuou sob comando do Estado chinês, e os investimentos estrangeiros eram regulados por todos os lados, lucros, localização, prazo de vigência entre outros.

Com certeza a criação das Zonas Econômicas Especiais teve imenso sucesso, porém não foi assim de forma tão simples e instantânea. O fato é que Deng Xiaoping e seus fiéis escudeiros tiveram muito trabalho e paciência para que o projeto tivesse os rumos desejados.

Na verdade não demorou muito para que os efeitos adversos da abertura fossem sentidos. As tentações criadas pela exposição ao Ocidente e pelo controle político relaxado nas Zonas Econômicas Especiais provocaram ondas de atividade criminosa: contrabando, comércio ilegal, corrupção, suborno e roubos de bens do Estado. (MARTI, 2007, p.10)

A China chegou a criar até uma Comissão Estatal de Controle dos Investimentos Estrangeiros e diversos outros órgãos para fiscalizar de forma intensa, para que tudo ocorresse como planejado pela alta cúpula chinesa.

Outra ação preponderante de Deng para que as ZEE`s dessem certo foi a reaproximação com os Estados Unidos. Segundo Marti (2007, pg.13), a normalização com os Estados Unidos era imprescindível para o acesso às fontes comerciais ocidentais de finanças, créditos e ajuda ao desenvolvimento.

O crédito externo também foi importante para os planos chineses. Esses créditos vinham principalmente de governos, instituições, bancos e empresas de outros países e eram em sua maioria utilizados para a infra-estrutura.

As Zonas Econômicas Especiais, mesmo com os problemas de corrupção e o perigo de idéias capitalistas, davam certo e Deng Xiaoping expandiu as ZEE`s. Em 1984, a China aprovou a instalação de mais 14 cidades que apesar de não serem zonas, atuavam nos mesmos moldes das ZEE`s, essas cidades eram portuárias, facilitando as exportações.

4.3 China pós-reformas econômicas

Apesar de todas essas transformações na economia, na política a China não seguiu o mesmo ritmo. Isso porque mesmo com o sucesso de suas reformas, Deng Xiaoping ainda tinha muitos opositores na política, que o questionavam a todo o momento.

O Estado chinês sofria com excesso de funcionários, repartições sem sentido e muita burocracia. Como se não bastasse, as idéias capitalistas ocidentais assombravam Deng, pois depois da abertura comercial, era inevitável que juntamente com as tecnologias e as finanças ocidentais viessem as idéias democráticas do Ocidente.

Deng observou que a atual estrutura política não se adaptava à realidade econômica. A reestruturação política tinha de ser considerada parte da reforma – na verdade, o cerne da reforma. Isto implicava dar uma eficiência aerodinâmica ao governo, delegando poder real aos níveis inferiores e ampliando o alcance da democracia socialista. (MARTI, 2007, p.20-21)

Tantos conflitos internos com seus opositores, que buscavam brechas para denegrirem a imagem de Deng Xiaoping com o povo chinês tiveram resultados. O primeiro deles foi o

movimento estudantil em 1986. Um processo no qual os estudantes chineses exigiam democracia, cansados do conservadorismo do Estado chinês, que impunha todas as reformas ao povo chinês. Esse movimento estudantil de 1986 não teve muita força, comparado com o incidente na Praça de Tiananmen em 1989, formado também em sua grande maioria pelos estudantes chineses.

As principais causas para os protestos na Praça de Tiananmen foram à inflação que chegou a números parecidos com o período anterior a 1950, quando a China registrava números baixíssimos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a morte de Hu Yaobang.

Hu Yaobang foi afastado do PCC logo após os protestos estudantis de 1986, acusado de bode expiatório, no sentido de não controlar com eficácia o crescimento das idéias burguesas. E com a sua morte em 1989, os estudantes sentiram que perderam uma referência em busca da democracia.

Os protestos da Praça de Tiananmen, em 1989, começaram ostensivamente como um tributo a Hu Yaobang, que morrera de repente em 15 de abril. Os estudantes, que o enxergavam como um aliado em prol da reforma política no interior do partido, marcharam rumo à Praça Tiananmen para depositarem coroas de flores em homenagem à memória de Hu Yaobang. (MARTI, 2007, p.33)

De acordo com Marti (2007, pg. 34), os estudantes exigiam democracia e liberdade, divulgação da renda dos líderes do PCC, fim da proibição da imprensa privada e liberdade de expressão, aumento de verbas para a educação e realização de eleições democráticas.

O governo chinês decidiu reprimir o protesto dos estudantes, que naquela altura já tinha ganhado apoio de grande massa da sociedade, através do uso da força. O exército atacou e houve dois dias de muita violência e morte, com cenas que chocaram todo o mundo.

Segundo Spence (1996, pg.69), após tomarem conhecimento das cenas de batalhas entre o exército da China e o povo chinês, diversos países resolveram impor sanções econômicas e retiraram do país membros importantes, porém não chegaram a romper as relações diplomáticas.

Os tumultos de Tiananmen fizeram com que Deng Xiaoping perdesse a confiança em seu principal parceiro, Zhao Ziyang. Deng apoiou a exoneração de Zhao do PCC, porém não contava que com esse ato fosse perder sua liderança no Partido. Com a maioria dos integrantes, os intelectuais marxistas estavam no poder e tomaram medidas contrárias ao desenvolvimento econômico.

Com isso houve uma perda na intensidade do processo de liberalização da economia, que ficou estagnada. Isso porque os intelectuais de esquerda, mesmo em maioria no Partido, não conseguiam colocar em práticas ações tão radicais. Sendo assim os anos após a batalha de Tiananmen, foram de redução no crescimento econômico focado no combate a inflação e busca incessante da educação socialista.

Deng cometera um erro grave ao remover Zhao e os aliados dele em 1989 sem antes garantir substitutos com quem tivesse fortes ligações em relação ao compromisso com suas políticas. Claramente, Deng tinha de reconstruir uma força dentro do partido, caso pretendesse reverter as tendências econômicas que acabavam com as reformas (MARTI, 2007, pg.45-46)

Incomodado com as medidas de extrema esquerda tomada por seus rivais, Deng via todo seu esforço desde as reformas de 1978 para promover o desenvolvimento econômico da China fracassar, ainda mais com a queda da União Soviética. Foi através do Exército de Libertação do Povo (ELP) e das províncias regionais que Xiaoping voltou a ganhar prestígio e arquitetou sua volta ao cenário político.

Com o apoio do Exército de Libertação do Povo, das forças de segurança e dos reformadores remanescentes entre os anciãos, Deng reagrupou os funcionários provinciais num grande esforço a fim de impedir o retrocesso econômico e o retorno às já descartadas e desacreditadas políticas da era de Mao. (MARTI, 2007, pg.269)

O exército estava em condições precárias, com o passar dos anos as verbas para a segurança nacional eram menores, principalmente após o afastamento de Deng. Já as províncias regionais, que abrigavam as Zonas Econômicas Especiais (ZEE's), estavam sofrendo com as decisões dos esquerdistas que investiam muito nas empresas estatais, inclusive com verbas provenientes das próprias províncias.

Segundo Marti (2007, pg.99), Deng então fez um acordo com as províncias regionais de que elas teriam total apoio na manutenção da abertura comercial e maior participação do processo decisório da economia em troca do aumento das taxas repassadas ao governo nacional. Exatamente com esse aumento das verbas que Deng garantiu ao exército maiores investimentos na segurança nacional.

Com todo esse movimento, Deng tinha o apoio do exército, das autoridades regionais, das forças de segurança pública e das forças de segurança do Estado. Todos fundamentais para que Xiaoping voltasse a controlar a política econômica chinesa, priorizando novamente o

crescimento econômico. A oposição extremista continuou, porém a maioria estava apoiando Deng e a manutenção da economia de mercado.

Deng estava, claramente, se desligando de Mao e divorciando suas políticas das políticas maoístas. Marxismo estava fora de cogitação, era capitalismo com uma forte dose de controle estatal, capitalismo burocrático. Isso foi batizado de socialismo com características chinesas, mas Deng havia, de fato, se afastado de Mao e de seus ideólogos com o propósito de redefinir a China (MARTI, 2007, pg. 273-274)

Já em estado de saúde debilitado, Xiaoping preparava seus sucessores em busca do sonho de tornar a China uma grande potência econômica do século XXI. Em 1994 ele morreu e seus seguidores continuaram a percorrer o longo caminho.

Na década de 1990 as atrações de investimento estrangeiro na economia alcançaram recordes históricos. A política de investimento e industrial da China passou a ter mais credibilidade com os empresários e investidores estrangeiros. Inúmeros investimentos em infra-estrutura foram realizados com o objetivo de capacitar a economia para atrair os investidores internacionais, além do aprimoramento nas leis econômicas chinesas que propiciaram um melhor relacionamento com esses investidores.

Desde a abertura externa através das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) a China passou a atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Porém foi na década de 1990 que esses investimentos aumentaram intensamente proporcionando o crescimento e o desenvolvimento do país de diversas formas.

De acordo com Tseng e Zebregs (2002), os principais impactos do IDE foram o aumento da produtividade dos fatores de produção, os efeitos positivos sobre as empresas chinesas, a criação de empregos, a contribuição para a formação de capital, e principalmente, o desenvolvimento de um setor exportador competitivo.

Uma política cambial estratégica ajudou a impulsionar o aumento do IDE. O governo estabeleceu plena conversibilidade do *renmimbi* para as transações correntes, unificando o mercado de câmbio, substituindo o mercado dual. Dessa forma adotaram um regime de bandas cambiais, com o *renmimbi* podendo flutuar em um intervalo desejado pelas autoridades econômicas. Essa política cambial proporcionou um efeito imediato sobre as contas externas do país, tornando o saldo positivo nas transações correntes.

O IDE contribuiu muito para o crescimento econômico da China e foi fundamental para o desenvolvimento do setor exportador competitivo. Porém também trouxe alguns efeitos negativos, pois propiciou desigualdades regionais. As províncias do leste que abrigam as

Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) concentram a maior parte do IDE e apresentam maiores níveis de renda per capita do que as províncias da região oeste, que recebem baixo IDE e têm níveis mais baixos de renda per capita.

A partir de 2001 a China alcançou o direito de participar da Organização Mundial do Comércio, buscando ser reconhecida como economia de mercado. Esse reconhecimento aumentou a credibilidade da China e teve fundamental importância para o comércio exterior chinês continuar em desenvolvimento.

Já no século XXI a China se consolidou como uma potência econômica, apresentando elevadas taxas de crescimento, mesmo nos momentos de crises internacionais. Por se tornar uma realidade, a China atraiu olhares e reações por parte dos americanos, receosos, por estarem enfrentando diversas situações adversas em contraste com a grande ascensão chinesa.

O problema das relações sino-americanas na virada do século XXI não é mais o acesso comercial dos Estados Unidos à China. É o fato de que a China substituiu os Estados Unidos como grande economia que mais cresce no mundo e busca o mesmo acesso comercial aos Estados Unidos que têm outros Estados. (ARRIGHI, 2008, pg. 286)

Os chineses adotam a postura de ascensão pacífica, estão estreitando seus laços comerciais no mundo todo. Além de fortalecer relações políticas com os países asiáticos, o chamado Sudeste Asiático, buscando resolver algumas questões históricas entre os envolvidos. A China busca se tornar influente e para isso é fundamental para os chineses obterem êxito nesse processo de integração entre a China e o Sudeste Asiático.

Nesse sentido, a China torna-se um ator internacional de maior relevância, pois está se tornando um Estado-pivô de uma profunda transição. A China tem utilizado sua capacidade comercial, transformando-se em uma “bomba de sucção”, para construir sólidas alianças internacionais que já extravasam sua liderança no processo de “asianização”. (PAUTASSO, 2006, pg. 114)

Dentro desse processo de reordenamento no tocante ao eixo econômico mundial, diversos cientistas políticos e economistas, apontam a China como candidata a ser uma potência hegemônica no século XXI. É indiscutível que nos dias atuais a China já é uma potência econômica.

Mas para se tornar hegemônica ainda falta muito, visto que além de historicamente, o país que está perdendo a hegemonia, não passa tal posto sem um conflito (Arrighi, 2001). A China ainda possui inúmeros problemas internos, difíceis de serem resolvidos, porém que precisam ser solucionados para chegarem a tal objetivo.

A China vive um problema com a enorme desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas, assim como entre províncias e classes diferentes, ou seja, já não possui os traços de igualdade como antigamente. Isso significa que esse monstruoso desenvolvimento que os chineses atravessaram nas últimas décadas foi desequilibrado.

Nas áreas urbanas, os conflitos ocorrem devido à classe operária reagir contra as demissões em massa, geralmente essas manifestações são contidas, ou eram contidas facilmente através de repressão com concessão. Porém, ultimamente grandes passeatas estão sendo feitas, formada por um novo operariado, composto por jovens migrantes, que constituem a espinha dorsal dos setores exportadores chineses.

Nas áreas rurais, as principais reclamações dos camponeses antigamente eram a respeito de tributos, impostos nos dias atuais passa a ser também sobre terras férteis que poderiam ser usadas em plantações estão sendo usadas para desenvolvimento industrial, imobiliário e infra-estrutural, com uma grande degradação do meio ambiente.

Esse imenso surto de agitação social em áreas rurais e urbanas impôs um desafio totalmente novo aos líderes do PCC, e obrigou-os a mudar a retórica e a linha política para buscar um desenvolvimento mais equilibrado entre as áreas rurais e urbanas, entre as regiões, entre a economia e a sociedade, e mais recentemente, a criar uma nova legislação trabalhista que visa aumentos os direitos dos trabalhadores. (ARRIGHI, 2008, pg. 382)

5 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

Neste capítulo serão apresentadas de forma sucinta diferenças e similaridades do Brasil perante a China. De forma mais detalhada, com objetivo de aprofundar nas relações comerciais entre os países, o capítulo está dividido em cinco seções. A primeira abordará o histórico das relações bilaterais entre Brasil e China. A segunda trata especificamente das exportações do Brasil para a China. A terceira foca as importações brasileiras provenientes da China. A quarta seção apresentará as vantagens e as ameaças do comércio sino-brasileiro. Na quinta e última seção apresentar-se-á uma comparação histórica entre as relações comerciais brasileiras com a China e Estados Unidos.

Pode parecer difícil comparar Brasil com a China, porém para Villela (2010), esses países são mais parecidos do que diferentes. É fato que a distância geográfica é enorme e as diferenças histórico-culturais são evidentes. Entretanto, Brasil e China possuem características e problemas semelhantes.

Observando o Brasil e a China, ou outras sociedades orientais, parece ser difícil fazer uma comparação entre esses países com o Brasil. Pode-se imaginar que se tratam de países completamente diferentes, possuindo poucas semelhanças entre si. Fatores como a distância geográfica e as diferenças histórico-culturais são os responsáveis por tal visão. (VILLELA, 2010, pg. 1)

Segundo Villela (2010, pg. 2), “o grande desafio destes países, no século XXI, será a redução de tais desigualdades, por meio da elevação da capacidade de consumo e do nível de qualidade de vida de suas populações, melhorando a distribuição da renda nacional”.

5.1 Histórico das relações comerciais entre Brasil e China

Até o final do século XIX não existia qualquer tipo de relacionamento entre Brasil e China. Os primeiros contatos do governo brasileiro com o governo chinês aconteceram nessa época. O Brasil tinha interesse em trazer mão-de-obra chinesa, principalmente para trabalhar nas lavouras cafeeiras do Estado de São Paulo. Entretanto, esse projeto de imigração não obteve sucesso, devido à recusa do governo chinês, que argumentava o receio que tinha quanto à questão da escravidão.

A razão da não permissão de vinda dessa mão-de-obra ao Brasil decorreu dos problemas que as primeiras correntes migratórias para o continente americano sofreram. Mesmo com a não concretização dessa corrente migratória, pela proibição formal da China, os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, com o Brasil abrindo um consulado em Shangai em 1883. (OLIVEIRA, 2004, pg. 10)

Entre o período do Tratado citado acima até 1949, ano em que Mao-Tse Tung, líder comunista chinês fundou a República Popular da China (RPC), as relações entre os países não progrediram e foram apenas diplomáticas, muito por causa da sucessão de conflitos externos e internos que os chineses enfrentaram no período, além das duas Guerras Mundiais.

Com a vitória de Mao em 1949, a China tornou-se um país socialista, mantendo relações com a União Soviética, super potência do bloco socialista. Já o Brasil era aliado dos Estados Unidos, super potência do bloco capitalista. Devido a esses acontecimentos, o Brasil rompeu suas relações com a China continental de Mao (RPC) e reconheceu a China nacionalista (Taipei) como representante do povo chinês.

Já com a China, os contatos bilaterais foram escassos em decorrência da sucessão de conflitos internos e externos que a afetaram no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Com a vitória de Mao-TseTung, em 1949, o Brasil rompe as relações diplomáticas com a China continental, fechando o consulado em Shangai e abrindo uma embaixada em Taipei. (OLIVEIRA, 2004, pg. 11)

Segundo Villela (2010, pg. 3), em 1961 o Brasil iniciou uma aproximação com a China, com uma missão comercial brasileira em Pequim, liderada por João Goulart. Porém com o golpe militar de 1964, uma missão comercial chinesa que estava no Brasil foi presa, causando um imbróglio na aproximação.

Somente no governo de Ernesto Geisel em 1974, já nos últimos anos de Mao no poder, pois o mesmo perdia popularidade e morrera em 1976, o Brasil voltou a se reaproximar da China. Através de uma parceria com intuito de alinhar os interesses comuns no que dizia respeito ao desenvolvimento de ambos os países. Nessa época na China, Deng Xiaoping crescia dentro da política chinesa e defendia um aumento das relações chinesas com o resto do mundo.

Os brasileiros adotavam a estratégia de atuar no cenário dos países de Terceiro Mundo, e a China fazia parte desse projeto, pois seria um importante parceiro dando credibilidade e legitimidade para a ação brasileira.

Após o restabelecimento das relações diplomáticas em 15 de agosto de 1974, a parceria sino-brasileira objetivou uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional. Apesar das diferenças em relação aos sistemas políticos, ambos demonstraram similaridades em alguns princípios de política externa, principalmente a determinação em assegurar a autonomia internacional, soberania nacional e integridade territorial. (OLIVEIRA, 2004, pg. 12)

Desde 1974 até os dias de hoje, o relacionamento entre os dois países passou por altos e baixos, sendo que durante a década de 1970 até o começo da década de 1990, o estreitamento entre os países aconteceu de forma modesta e cautelosa.

Segundo Villela (2010, pg.4), houve uma cooperação técnica científica entre ambos com o desenvolvimento do programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*), com recursos e tecnologia de ambos. Esse programa objetivava produzir satélites de sensoriamento remoto para observação de recursos terrestres. O primeiro satélite foi lançado em 1999. O CBERS foi tão bem sucedido que existe até hoje e outros satélites já foram lançados com êxito

Entretanto, o comércio bilateral entre os países evoluíram de forma mais intensa com o fim da Guerra Fria e especialmente pelas mudanças políticas e econômicas implementadas pelo Brasil, como a abertura econômica nacional. A partir de 1993, no governo de Itamar Franco se definiu a Ásia como prioridade da diplomacia brasileira em função do seu potencial cooperativo nos campos científico e tecnológico e também como mercado para exportação e importação.

Enquanto isso na China, Deng Xiaoping conseguia depois de muitos anos enfraquecer seus opositores socialistas extremos, que dificultavam suas idéias desenvolvimentistas e a manutenção de suas reformas econômicas, conseguindo assim inserir seus sucessores no poder, com a ajuda do Exército de Libertação do Povo (ELP).

A partir do último ano de governo do presidente Itamar Franco, o intercâmbio comercial sino-brasileiro entrou em uma fase de rápido crescimento que dura até o presente. O início dessa fase de crescimento acelerado se deve à abertura econômica do Brasil, mas também ao avanço das reformas econômicas na China que abriu espaço para uma melhor e maior inserção e adaptação desse país na economia internacional. (VILLELA, 2010, pg. 5)

Ainda que apresentando crescimento significativo na década de 1990, havia dificuldades que amarravam as relações sino-brasileiras, como as crises brasileiras e asiáticas, que geraram dificuldades no relacionamento por motivos de priorização de compromissos internos e até regionais. Mesmo havendo interesse mútuo na ampliação dos negócios

comerciais e de laços políticos ainda não foi nessa década que as relações deslancharam de vez.

A partir dos anos 90, as relações com a China são significativamente ampliadas, no entanto, essas melhorias chocaram-se com a crise asiática, provocando uma drástica redução nas exportações brasileiras para a Ásia enquanto que as importações mantiveram-se. A crise asiática, em conjunto com a própria crise brasileira no início de 1999, ainda que provocando retração no comércio e no fluxo de investimentos, propicia uma maior aproximação política com vistas a um posicionamento mais próximo frente aos desafios do sistema internacional. (OLIVEIRA, 2004, pg. 15)

Esse comportamento oscilatório das relações sino-brasileiras na década de 90 mudou de rumo a partir do século XXI, iniciando uma trajetória sólida de intenso crescimento. Como será visto mais adiante, através de dados e números, as exportações brasileiras à China aumentaram significativamente em alguns anos, sendo que no mesmo período as importações chinesas também tiveram evolução.

Segundo Oliveira (2004, pg. 16), em 1999 foi criado um Fórum de Cooperação Ásia do Leste – América Latina (EALACF), aproximando ambas as regiões, com intuito de implementar planos e programas que ampliem os laços econômicos, políticos e culturais.

Isso comprova o interesse mútuo em busca de complementar o comércio e as alianças políticas e mostra a disposição de estreitar as relações através de parcerias. Oliveira (2004, pg. 16) vai mais longe e afirma que o EALACF “apresenta um forte conteúdo simbólico ao procurar ampliar e aprofundar relações com a região da América Latina, sem a presença norte-americana.

Em novembro de 2004 o Brasil concedeu à China o status de economia de mercado. No entanto, como protocolo de entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China concordou em não ser reconhecida como economia de mercado por um período de 15 anos (Dezembro 2016). Mesmo assim, os chineses buscam antecipar sua situação, apesar da posição contrária dos Estados Unidos e da União Européia. O objetivo é reduzir a arbitrariedade européia e norte-americana em ações antidumping contra seu país.

Com esse reconhecimento o Brasil busca parcerias e trocas de benefícios para ambos. A vantagem dessa concessão é que em 2016 perante todas as economias, a China terá o status de economia de mercado. Logo, as nações que reconhecem mais cedo, ganham moral com os chineses e conseguem negociar e colocar em prática excelentes negócios com o gigante e promissor mercado chinês.

O reconhecimento da China como economia de mercado seria inevitável. Se não durante a visita oficial em novembro de 2004, o Brasil teria que conferir o status à China em 2016. A vantagem do reconhecimento imediato seria a possibilidade de se negociar esse apoio em troca de benefícios concretos para o país. A opção de não negociar teria o ônus político de situar o Brasil no conjunto cada vez menor de países que não atendem a demanda chinesa, diminuindo significativamente a possibilidade de ganhos futuros. Ou seja, quanto mais cedo se conferisse o reconhecimento solicitado, maior o valor da barganha que poderia ser feita. (AMORIM, 2010, pg. 13)

Fica evidente a evolução das relações bilaterais entre Brasil e China desde o restabelecimento das relações diplomáticas em 1974. Nos tempos atuais é necessário ser destacado o recente desenvolvimento do Conselho Empresarial Brasil-China, que reúne diversas empresas brasileiras e chinesas e a vontade não somente dos governos, mais também dos empresários de ambos os países em estabelecer cada vez mais uma satisfação mútua.

5.2 Exportações brasileiras à China

Nesta seção faz-se um mapeamento do comportamento das exportações brasileiras para a China, desde a década de 1980 até os dias atuais. Destaca-se que no período analisado houve forte instabilidade na conjuntura nacional e internacional, marcada pelas crises econômicas na Ásia, Rússia e Brasil. Essas crises trouxeram conseqüências negativas, provocando retrações nas economias por todo o mundo, inclusive no desenvolvimento da economia brasileira, reduzindo a demanda de importadores mundiais de produtos agrícolas.

A economia brasileira é taxada como uma das economias mais fechadas do mundo, pois possui baixa participação da corrente de comércio no Produto Interno Bruto (PIB). Isso mostra um baixo dinamismo no crescimento das exportações, que fica atrás do ritmo mundial nesse aspecto.

A Tabela 5.1 destaca a expansão das relações sino-brasileiras no período de 1981 até 2009, na qual se verifica que na década de 1980 o valor total das exportações do Brasil para a China variou bastante, porém em termos percentuais a participação da China aumentou satisfatoriamente.

No decorrer da década de 1990, houve um crescimento em valores das exportações e também da participação chinesa na compra de produtos brasileiros. É importante ser destacado que nos anos de 1998 e 1999 as crises brasileiras e asiáticas afetaram bastante as exportações brasileiras para os chineses.

Tabela 5.1: Exportações brasileiras à China, sua variação de ano a ano e participação no total das exportações brasileiras. (Em US\$ FOB milhões)

Ano	Valor	Variação (%)	Participação (%)
1981	104.021.721	-88,39	0,45
1982	92.073.672	-11,49	0,46
1983	270.320.573	193,59	1,23
1984	453.110.902	67,62	1,68
1985	817.583.625	80,44	3,19
1986	517.305.709	-36,73	2,31
1987	361.533.439	-30,11	1,38
1988	718.484.822	98,73	2,13
1989	628.341.233	-12,55	1,83
1990	381.803.845	-39,24	1,22
1991	226.405.821	-40,70	0,72
1992	460.031.616	103,19	1,29
1993	779.394.972	69,42	2,02
1994	822.416.147	5,52	1,89
1995	1.203.750.528	46,37	2,59
1996	1.113.828.697	-7,47	2,33
1997	1.088.214.616	-2,30	2,05
1998	904.879.640	-16,85	1,77
1999	676.140.777	-25,28	1,41
2000	1.085.223.878	60,51	1,97
2001	1.902.093.617	75,26	3,26
2002	2.520.978.671	32,54	4,17
2003	4.533.363.162	79,83	6,19
2004	5.441.405.712	20,03	5,63
2005	6.834.996.980	25,61	5,77
2006	8.402.368.827	22,93	6,10
2007	10.748.813.792	27,93	6,69
2008	16.403.038.989	52,60	8,29
2009	20.190.831.368	23,09	13,20

Fonte: SECEX/MDIC, 2010.

Na última década foi visível a enorme evolução das exportações brasileiras para o país asiático e a nova importância dos chineses para a economia brasileira, sendo responsáveis por 13,20% das exportações brasileiras em 2009, obtendo um crescimento superior a 1760% em

relação ao ano de 2000. Sendo que a participação brasileira nas importações chinesas mais do que dobrou nesse período.

Segundo Amorim (2010, pg. 3) o aumento explosivo das exportações à China desde 2000, ocorreu pelo crescimento significativo da demanda chinesa por produtos de base, impulsionados pelo setor energético, metalúrgico, infra-estrutura e alimentício daquele país.

Uma das causas da grande maioria das exportações brasileiras destinadas à China serem de produtos primários é o fato do Brasil ainda não estar preparado para atender a emergência econômica da China, o Brasil necessita se estruturar com objetivo de explorar melhor o potencial do mercado chinês.

Conforme as informações apresentadas na Tabela 5.2, os principais produtos exportados nos últimos anos para a China foram soja e seus derivados, minérios de ferro, laminados e semimanufaturados de ferro e aço, pasta química e sulfato.

Analisando os produtos exportados para a China, é notável que o Brasil procurasse diversificar e aumentar o número de produtos exportados à China, como couro, papel e celuloses e insumos industriais, como autopeças. Porém, os bens citados acima representam grande parte das vendas brasileiras, sendo que a grande maioria dos produtos não gera grande volume nos negócios.

Tabela 5.2: Principais famílias de produtos exportados à China pelo Brasil e suas participações (em %) no total das exportações para os chineses. (Em US\$ FOB milhões)

Família de produtos	2009		2005		2001	
	Valor	Par.	Valor	Par.	Valor	Par.
Minérios de ferro	7.010.659.666	34,72	1.784.631.125	18,18	482.633.256	25,37
Outros grãos de soja, mesmo triturado	6.342.964.920	31,42	1.716.921.126	25,12	537.663.759	28,27
Óleos brutos de petróleo	1.338.299.338	6,63	541.629.596	7,93	39.847.335	2,09
Pasta química, soda, sulfato	891.956.064	4,42	230.104.456	3,37	122.464.976	6,44
Fumo	367.731.002	1,82	246.666.746	3,61	50.618.308	2,66

Fonte: SECEX/MDIC, 2010.

Segundo Amorim (2010, pg.3) devido à “chegada tardia dos produtos brasileiros na China, o padrão brasileiro de exportação para esse país é diferente do restante das exportações nacionais”. As exportações brasileiras globais possuem mais presença de manufaturados e semimanufaturados, diferentemente do que ocorre com a China.

5.3 Importações chinesas para o Brasil

As importações brasileiras provenientes da China são compostas em sua grande maioria por mercadorias com maior valor agregado e teor tecnológico, além de possuir mais diversificações, ao contrário das exportações brasileiras à China, como foi citado, são menos diversificadas e compostas em grande parte por produtos de base. Os bens de capital e produtos eletrônicos correspondem a mais da metade das importações e vem crescendo cada vez mais nos últimos anos, com exceção em 2009.

As vindas de produtos chineses para o mercado brasileiro têm crescido rapidamente, não só em fatia do mercado, mais também em valor. As crises na Ásia e no Brasil também afetaram o comércio sino-brasileiro de 1999, pois dificultou o financiamento do comércio externo brasileiro, e igualmente as exportações brasileiras para a China, as importações brasileiras vindas da China aumentaram significativamente no século XXI.

A Tabela 5.3 destaca a expansão das importações brasileiras de produtos chineses no período de 1981 até 2009, na qual se verifica que na década de 1980 o valor total das exportações do Brasil para a China oscilou bastante e terminou esse período com menor participação no total de todas as importações brasileiras.

Entretanto é possível visualizar na tabela acima que na década de 1990, o crescimento em valores das importações e também no percentual dos produtos chineses no total das importações brasileiras. É importante ser destacado que no ano de 1999 onde a crise afetou bastante as o comércio sino-brasileiro.

Na última década, da mesma forma vimos nas exportações brasileiras para a China, houve um crescimento intenso e sólido das importações de produtos chineses pelo mercado brasileiro. Apenas no ano de 2009 houve uma redução nos valores das importações, por efeitos da crise mundial, todavia o percentual das mercadorias chinesas aumentou, ou seja, a crise mundial afetou todas as importações do Brasil, mas não diminuiu o aumento e a importância dos produtos chineses para a economia brasileira.

De acordo com Amorim (2010, pg. 6), a tese de que existe uma invasão de produtos chineses no mercado brasileiro é verdadeira e que essa aceleração expressiva de suas exportações ao Brasil, vem deslocando a participação dos fornecedores mais tradicionais, como Estados Unidos e União Européia.

Tabela 5.3: Importações brasileiras provenientes da China, sua variação de ano a ano e participação no total das importações brasileiras. (Em US\$ FOB milhões)

Ano	Valor	Varição (%)	Participação (%)
1981	349.792.051	-51,03	1,58
1982	312.186.077	-10,75	1,61
1983	505.462.660	61,41	3,28
1984	365.315.444	-27,73	2,63
1985	418.563.796	14,58	3,18
1986	289.037.092	-30,95	2,06
1987	297.502.027	-2,93	1,98
1988	82.914.476	-72,14	0,57
1989	96.529.260	16,42	0,53
1990	119.805.688	24,11	0,58
1991	62.129.021	-48,14	0,30
1992	116.775.031	87,96	0,57
1993	304.856.536	161,06	1,21
1994	463.495.924	52,04	1,40
1995	1.041.728.048	124,75	2,08
1996	1.132.883.363	8,75	2,12
1997	1.166.420.980	2,96	1,95
1998	1.033.709.533	11,38	1,79
1999	865.041.436	-16,32	1,76
2000	1.222.294.377	41,30	2,19
2001	1.328.094.257	8,70	2,39
2002	1.553.993.640	16,98	3,29
2003	2.147.801.000	38,21	4,44
2004	3.710.477.153	72,76	5,91
2005	5.354.519.361	44,31	7,28
2006	7.990.448.434	49,23	8,75
2007	12.621.273.347	57,95	10,46
2008	20.044.460.592	58,81	11,59
2009	15.911.145.829	-20,62	12,46

Fonte: SECEX/MDIC, 2010.

Conforme as informações apresentadas na Tabela 5.4, os principais produtos importados nos últimos anos da China foram componentes para aparelhos de televisão, dispositivos de cristais líquidos, terminais portáteis de celular, circuitos impressos e coques de hulha ou de turfa.

É interessante que terminais portáteis de celular em 2001 sequer apareciam entre as 100 famílias de produtos mais importados da China, tendo no decorrer do tempo um aumento significativo. A família chamada de coques de hulha ou de turfa lidera a lista de importações no ano de 2001, e em 2009 era apenas a vigésima quarta, ficando 0,04% atrás da família de circuitos impressos, que em 2009 figurou entre as dez primeiras. Isso demonstra a grande diversificação dos produtos chineses importados pelo Brasil.

Tabela 5.4: Principais famílias de produtos importados da China pelo Brasil e suas participações (em %) no total das importações brasileiras. (Em US\$ FOB milhões).

Família de produtos	2009		2005		2001	
	Valor	Par.	Valor	Par.	Valor	Par.
Partes para aparelhos de televisão	477.393.557	3,00	90.829.821	1,70	39.976.061	3,01
Dispositivos de cristais líquidos (LCD)	427.139.411	2,68	255.936.201	4,78	16.866.603	1,27
Terminais portáteis de celular	167.544.180	1,05	101.972.689	1,90	-	-
Circuitos impressos	159.563.756	1,00	69.576.855	1,30	6.834.309	1,00
Coques de Hulha ou de Turfa	84.223.840	0,96	163.572.277	3,06	78.321.541	5,90

Fonte: SECEX/MDIC, 2010.

5.4 Conseqüências do crescimento da China e do comércio sino-brasileiro

Apresentando altas taxas de crescimento nos últimos anos, não somente no mercado interno, mas também com aumento na sua participação no mercado mundial, a China é um dos principais parceiros econômicos do Brasil. Entretanto, alguns especialistas vêem o crescimento chinês como uma oportunidade e outros o vêem como uma ameaça para o Brasil.

Essa ameaça está associada ao aumento da presença de mercadorias chinesas nas economias de diversos países e em muitos casos substituindo produtos brasileiros. Outro fator debatido é em que termos têm acontecido o comércio bilateral entre Brasil e China, que em franco crescimento pode afetar a balança comercial brasileira.

Realmente a competitividade das mercadorias chinesas é extremamente preocupante, porém não só ao Brasil, mas para qualquer outro país. No maior mercado consumidor do mundo, os Estados Unidos, a China também tem crescido em participações e em alguns casos concorrendo diretamente com produtos brasileiros.

Segundo o Observatório Brasil-China (2008) essa concorrência no mercado americano, entre China e Brasil, acontece especialmente nos setores de produtos ferroviários,

cerâmicos, madeiras, carvão vegetal, alumínio, sal e enxofre, produtos químicos, borrachas entre outros.

A combinação de mão-de-obra abundante, rápido crescimento da produtividade e um Estado onipresente fazem da China um competidor muito forte. As alternativas à indústria, como a especialização em recursos naturais têm se mostrado arriscadas e de fôlego curto. Promissora ou não, o fato é que não parece existir outra opção que não seja insistir com a manufatura. Não se trata de dar as costas aos recursos naturais, mas sim reconhecer as suas potencialidades e limitações. (MOREIRA, 2005, pg. 37)

De fato, não há como competir com as mercadorias chinesas, principalmente nos setores em que eles se especializaram ou até estão se especializando. Não é a toa que eles chegaram a esse patamar, como analisamos no capítulo anterior, em 1978, Deng Xiaoping iniciou uma série de reformas que com o passar do tempo deram resultados.

Bom para o Brasil é que os benefícios para a economia nacional provenientes da expansão do comércio entre Brasil e China foram gigantescos, na grande maioria dos anos houve superávits comerciais, principalmente impulsionados pelos produtos primários, visto que a demanda chinesa nesse setor foi significativa.

O Brasil precisa se preocupar mais com a balança comercial diretamente com a China, porque nos últimos anos esse superávit comercial tem diminuído, principalmente pelo aumento de produtos com maior teor tecnológico importado da China. Já que concorrer com a China é extremamente complicado, o Brasil precisa complementar as exportações chinesas perante o mercado mundial.

Entretanto, independente desse complemento, não é muito satisfatório para o Brasil se especializar apenas em produtos primários, pois caso isso aconteça, a balança comercial estará sempre comprometida. Ampliar o comércio com os chineses é possível e poderá trazer bons resultados para o país.

Ao analisar as possibilidades de mercados na China para o Brasil, percebo que as nossas vendas a ela tem potencial para se aprofundarem significativamente. Agora, cabe aos nossos empresários cumprirem a sua parte, pois o Governo realiza a dele de forma satisfatória, organizando missões e fechando os mais variados tipos de acordos. (VILLELA, 2010, pg. 30)

Com todos esses acontecimentos, é fundamental que o Brasil tenha a China como parceira, não apenas na área política, mas também na econômica. Tudo indica que no século XXI a China será um dos países que irá ditar as regras e tê-la como aliada é fundamental para as pretensões brasileiras.

5.4 Análise do comércio brasileiro com China e Estados Unidos

Nos dois últimos capítulos foram apresentadas, respectivamente, as diferentes trajetórias dos Estados Unidos e da China, além dos fatos que tornaram os norte-americanos uma grande potência hegemônica do século XX e os motivos que determinaram o fracasso. Assim como as estratégias dos chineses que implicaram numa grande ascensão pacífica econômica do país.

Todo esse processo de reordenamento no tocante ao eixo econômico mundial já influencia as economias de todos os países do mundo, e no caso do Brasil também não é diferente. Cada vez mais o comércio entre as nações é fundamental para as economias nacionais e para o andamento do sistema capitalista, esse volume de transações aumenta com o tempo, sofrendo momentos de crises, mas sempre retomando o crescimento.

Nada melhor que os números para apontar o reflexo do aumento do comércio entre os países, principalmente no caso específico do Brasil, analisando o impacto dos acontecimentos que envolveram e ainda envolvem os americanos e os chineses.

A tabela 5.5 mostra a evolução das relações comerciais do Brasil com a China e com os Estados Unidos desde 1981. O crescimento desse intercâmbio é significativo, destaca-se que praticamente ano após ano houve um aumento tanto nas importações como nas exportações. As exceções existiram e ainda haverão de existir, pois num mundo cada vez mais globalizado, qualquer problema em uma economia específica pode afetar outra economia.

Em comparação com outras economias, a brasileira é considerada tardia, pois se voltou e priorizou as relações comerciais tardiamente. Em boa parte do século XX, foram adotadas outras políticas, como as substituições das importações, porém de um tempo para cá o Brasil vem buscando mais destaque nessa intensa relação entre os países, sendo que ainda existe muito para se explorar e aperfeiçoar.

Na tabela 5.5 fica evidente que mesmo apesar de passar por diversas crises, perder uma hegemonia perante o mundo, o comércio bilateral entre Estados Unidos e Brasil apenas aumentou em termos de valores, tanto nas importações como nas exportações. O que diminuiu e continua diminuindo é participação dos norte-americanos no total das relações comerciais do Brasil.

A mesma tabela apresenta a gigante evolução das relações sino-brasileiras, não somente em valores como também na participação dos chineses no total das relações comerciais brasileiras. Em 2009 o Brasil já importou mais mercadorias provenientes da China

do que dos Estados Unidos. Já os americanos continuam importando mais produtos brasileiros do que os chineses, porém a tendência é que os chineses, em breve, ultrapassem os americanos.

Tabela 5.5: Comparativo das relações comerciais brasileiras com a China e com os Estados Unidos e a participação no total das relações comerciais brasileiras. (Em US\$ FOB milhões)

Ano	Exportações				Importações			
	China		EUA		China		EUA	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1981	104.021.721	0,45	4.040.209.811	17,3	349.792.051	1,58	3.480.126.882	15,75
1982	92.073.672	0,46	3.980.314.269	19,7	312.186.077	1,61	2.837.057.840	14,63
1983	270.320.573	1,23	4.989.723.885	22,8	505.462.660	3,28	2.381.539.073	15,44
1984	453.110.902	1,68	7.603.105.766	28,2	365.315.444	2,63	2.254.142.052	16,21
1985	817.583.625	3,19	6.844.516.090	26,7	418.563.796	3,18	2.589.906.819	19,67
1986	517.305.709	2,31	6.174.414.512	27,6	289.037.092	2,06	3.186.732.800	22,69
1987	361.533.439	1,38	7.191.843.782	27,4	297.502.027	1,98	3.145.159.833	20,90
1988	718.484.822	2,13	8.835.721.197	26,2	82.914.476	0,57	3.086.336.475	21,13
1989	628.341.233	1,83	8.231.202.141	23,9	96.529.260	0,53	3.870.852.482	21,20
1990	381.803.845	1,22	7.594.263.027	24,2	119.805.688	0,58	4.392.958.502	21,26
1991	226.405.821	0,72	6.264.436.712	19,8	62.129.021	0,30	4.938.211.089	23,47
1992	460.031.616	1,29	6.932.757.328	19,4	116.775.031	0,57	4.538.666.763	22,08
1993	779.394.972	2,02	7.843.335.397	20,3	304.856.536	1,21	5.062.251.046	20,04
1994	822.416.147	1,89	8.816.241.304	20,3	463.495.924	1,40	6.674.390.616	20,18
1995	1.203.750.528	2,59	8.682.812.161	18,7	1.041.728.048	2,08	10.519.498.419	21,05
1996	1.113.828.697	2,33	9.182.584.604	19,2	1.132.883.363	2,12	11.818.422.203	22,15
1997	1.088.214.616	2,05	9.276.213.736	17,5	1.166.420.980	1,95	13.706.094.568	22,91
1998	904.879.640	1,77	9.747.316.066	19,1	1.033.709.533	1,79	13.505.273.389	23,40
1999	676.140.777	1,21	10.674.770.369	22,23	865.041.436	1,76	11.726.771.351	23,83
2000	1.085.223.878	1,97	13.180.528.710	23,93	1.222.294.377	2,19	12.894.269.157	23,09
2001	1.902.093.617	3,27	14.208.572.954	24,38	1.328.094.257	2,39	12.905.492.013	23,21
2002	2.520.978.671	4,17	15.377.822.589	25,44	1.553.993.640	3,29	10.287.452.316	21,78
2003	4.533.363.162	6,19	16.728.079.047	22,85	2.147.801.000	4,44	9.569.454.702	19,80
2004	5.441.405.712	5,63	20.099.235.400	20,79	3.710.477.153	5,91	11.357.061.637	18,07
2005	6.834.996.980	5,77	22.539.731.875	19,02	5.354.519.361	7,28	12.666.508.176	17,21
2006	8.402.368.827	6,10	24.524.748.523	17,80	7.990.448.434	8,75	14.657.479.678	16,05
2007	10.748.813.792	6,69	25.065.048.412	15,60	12.621.273.347	10,5	18.723.280.625	15,52
2008	16.403.038.989	8,29	27.423.048.799	13,85	20.044.460.592	11,6	25.627.961.850	14,82
2009	20.190.831.368	13,20	15.601.628.031	10,20	15.911.145.829	12,5	20.028.209.516	15,69

Fonte: SECEX/MDIC, 2010.

Somando as importações e as exportações chinesas em 2009, no mesmo período, chega-se a um valor mais elevado do que a soma dos mesmos indicadores americanos. Isso comprova que no ano passado, a China substituiu os Estados Unidos como o maior parceiro comercial do Brasil e pelo andar das carruagens pode ampliar essa vantagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de analisar um o conjunto de fatores que culminaram um reordenamento do eixo econômico mundial colocando em risco a hegemonia norte americana em detrimento da ascensão da economia chinesa e o impacto desses acontecimentos para a economia brasileira, este estudo procurou apresentar, inicialmente, os fatos que tornaram os Estados Unidos a potência hegemônica do século XX, após as duas Guerras Mundiais, e dos fatores que causaram sucessivas crises na economia local, decretando o fim da hegemonia americana.

O peso e o poder da economia dos Estados Unidos na conjuntura econômica mundial foram determinantes para tornarem os americanos uma potência hegemônica e certamente foram fundamentais para o andamento do mundo no século. Entretanto uma hegemonia é caracterizada quando um Estado dominante consegue fazer com que os Estados dominados o aceitem como “representante” dos interesses gerais, sem usar da força ou ameaça para que isso ocorram, mas havendo uma credibilidade em relação a ele.

Assim outros fatores também são de suma importância para um país se tornar hegemônico, como política, tecnologia, força militar, cultura, geografia, entre outros. Os autores expostos nesse estudo acreditam fielmente no declínio do poder americano, baseando se, sobretudo na área econômica.

Visto que desde os anos 60, o Estado norte-americano tem tomado decisões em grande maioria para satisfazer os desejos dos capitalistas, pode-se dizer até mesmo, que muitos capitalistas estejam atuando no governo, ou são imprescindíveis para a manutenção do mesmo. Decisões essas sempre em prol da acumulação interminável de capital, que deixam de lado o caráter social, prejudicando o grande número de trabalhadores, principalmente não americanos.

Sendo que o capitalismo é uma forma de sistema-mundo com intuito de gerar acumulação de capital para os capitalistas, não importando a forma. Está sempre mudando, e podemos definir que é “tempo e espaço”. Em cada tempo e espaço ele ocorre de uma maneira, apenas o que continua igual é a acumulação de capital. Utiliza diversos meios para isso, principalmente a mão-de-obra da classe trabalhadora, totalmente desamparada, que não consegue se organizar de uma forma efetiva como os capitalistas se organizam.

Foi visto que com o passar do tempo, essas decisões, que apresentavam soluções no curto prazo, formaram na verdade uma “bola de neve”, acarretando gradativamente na perda

da hegemonia americana, tanto em sua economia como também em outros fatores determinantes num consenso de país hegemônico.

Politicamente, o mundo já não vê há algumas décadas com bons olhos os passos americanos em busca da sua manutenção no poder. Os americanos continuam sendo um país que detém uma tecnologia extremamente avançada, com amplos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, porém já não com tanta disparidade que chegou a ter em outros momentos. Com as Zonas Econômicas Especiais (ZEE`s), os chineses tiveram acesso às tecnologias americanas e hoje também procuram aprofundar esses conhecimentos.

Sob o aspecto cultural, o *American way of life*, apesar de ainda ter raízes nos quatro cantos do mundo, já é questionado e não é tão influente como décadas atrás. Na América do Sul, alguns países, através de seus governantes diversas vezes já de declararam contra o estilo norte-americano, assim como o povo árabe que de fato nunca deixou se influenciar pelo modo de vida dos americanos.

Um fator em que os americanos, sem dúvida ainda continuam líderes é o militar. Nesse setor eles ainda continuam detentores de uma supremacia. Possuem um arsenal de armas nucleares. Estão nos dias atuais tomando medidas para conter a proliferação desse conhecimento em países considerados perigosos, como no caso do Irã. Sem a utilização das bombas atômicas, os americanos já obtiveram grande dificuldade em alguns combates, como no Vietnã, Afeganistão e mais recentemente no Iraque, onde estão tendo altíssimos custos e resultado píffio. Já não são mais inquestionáveis no aspecto militar, embora ainda se sobressaiam sobre as outras nações.

Em um segundo plano verificou-se que as reformas econômicas implantadas a partir da década de 1970, lideradas por Deng Xiaoping, alteraram significativamente a economia chinesa. Os dois pilares que constituíram essa mudança foram as Quatro Modernizações e a abertura da economia chinesa, com a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE`s). Através de dessas políticas o Estado chinês atuou diretamente na agricultura, ciência e tecnologia, indústria e forças armadas.

Para promover a tecnologia na produção e uma melhora no setor industrial, foram utilizadas políticas de incentivo para o surgimento de novas empresas, financiamento industrial e novas regulamentações para o parque industrial da indústria pesada. No que diz respeito à agricultura, o governo chinês promoveu uma reforma agrária que tinha como objetivo quebrar os direitos de propriedade privada e ampliar a produção dos grãos, garantindo o abastecimento do mercado interno.

Sem dúvida a abertura economia foi uma das reformas que mais contribuiu para a ascensão econômica da China, com importante destaque para o Investimento Direto Externo (IDE). Dessa forma, houve um forte ingresso de investimentos e tecnologias estrangeiras devido às vantagens e facilidades proporcionadas pelas Zonas Econômicas, alterando gradativamente o rumo da economia chinesa para exportação, inclusive facilitadas pelo regime cambial.

Toda essa transformação na China tem como base a ideologia chinesa nos últimos séculos de optar por um crescimento interno, formando um Estado e uma economia nacional e, que nos tempos atuais está criando condições para incorporação desse sistema asiático à estrutura do sistema europeu. A China não teve contato com os bancos americanos, sendo assim não teve dívida externa, controlaram a entrada e a saída do dinheiro especulativo, possuem grandes empresas estatais em setores estratégicos, portanto, tomaram um rumo que eles acharam devidamente necessário, sem abandonarem sua própria cultura, e sempre de acordo com o interesse nacional.

A da mão-de-obra chinesa, além de ser barata, é extremamente qualificada. Tanto em áreas agrícolas como nas áreas urbanas a estratégia dos chineses é de não investir fortunas em máquinas e equipamentos e sim em apostar nessa mão-de-obra muito qualificada devido aos maciços investimentos feitos em educação, desde muitas décadas atrás. O intenso crescimento econômico chinês nas últimas décadas e o aumento da sua participação na economia mundial são elementos que indicam uma possível substituição da hegemonia norte-americana.

Analisando esse conjunto de fatores fundamentais expostos, chega-se a conclusão de que, os Estados Unidos já não são mais uma potência hegemônica, e estão sendo fortemente ameaçados pela China, no que diz respeito à manutenção da liderança econômica no sistema capitalista mundial.

Esclarecida a ascensão chinesa, entra em questão se de fato, a China irá substituir os Estados Unidos e se tornar no século XXI, uma potência hegemônica. Os chineses possuem problemas que podem limitá-los e barrá-los a chegar neste posto do cenário mundial.

A China vive um problema com a enorme desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas, assim como entre províncias e classes diferentes, já não está como antigamente, como citado no capítulo 4 deste estudo. Significa que o monstruoso desenvolvimento que os chineses atravessaram nas últimas décadas foi desequilibrado. O resultado dessa mudança tem sido o aumento das lutas sociais, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais.

Nas áreas urbanas, os conflitos ocorrem devido à classe operária estarem reagindo contra as demissões em massa, geralmente essas manifestações são contidas, ou eram contidas

facilmente através de repressão com concessão. Porém, ultimamente grandes passeatas estão sendo feitas, formada por um novo operariado, composto por jovens migrantes, que constituem a espinha dorsal dos setores exportadores chineses.

Foi fundamental o fato de a China ter uma tradição imperial, socialista e ditatorial, pois ajudou com que muitas medidas fossem tomadas de forma mais clara, sem muita burocracia, e com aceitação por grande parte da sociedade. Porém, a questão é, até quando eles vão conseguir manter essa forma de impor certas atitudes. O povo chinês já dá mostra que não aceita mais certas coisas como antigamente. O fato é que quanto mais a China tem se desenvolvido, mais ela tem se aproximado do Ocidente, tanto economicamente como em problemas sociais e políticos.

Nos fatores considerados fundamentais para um país se tornar hegemônico, a China já é uma potência econômica e deverá se tornar em breve líder nesse aspecto. Importou muita tecnologia externa, possibilitando sua ascensão, e com os maciços investimentos em educação possui hoje excelentes resultados em suas pesquisas e desenvolvimentos, propiciando boas inovações tecnológicas. No que diz respeito à política externa, ao contrário dos americanos, os chineses sempre mantiveram boas relações com as nações do mundo e em sua história milenar, seus conflitos sempre foram com intuito de defender seu território. Não é à toa que os chineses denominam o próprio crescimento de ascensão pacífica.

Nos últimos anos os chineses tem aumentado seus gastos militares, porém o objetivo maior é se proteger de possíveis ameaças, principalmente dos americanos, visivelmente incomodados com esse possível reordenamento do eixo econômico mundial, do que de tomar atitudes imperialistas. Apesar de vários aspectos favoráveis, para se tornarem uma nação hegemônica, o principal desafio dos chineses é resolver os problemas sociais internos.

Todo esse processo envolvendo os Estados Unidos e China impacta diretamente no cotidiano de todos os brasileiros. O comércio sino-brasileiro, pôde-se ver que tem apresentado elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas e em 2009 já substituiu os Estados Unidos como principal parceiro econômico nacional. Os americanos durante décadas ocuparam esse posto, inclusive em épocas que o comércio sino-brasileiro era praticamente inexistente.

Os benefícios para a economia brasileira, provenientes dessa melhora na relação comercial entre Brasil e China foram significativos, possibilitando ao Brasil superávits comerciais, impulsionados pela elevação nos preços de bens primários. Entretanto, esses superávits comerciais conquistado no comércio sino-brasileiro em 2007 e 2008 se tornaram déficits, devido ao aumento do número de bens com maior valor agregado importado pelo Brasil da China.

O saldo da balança comercial entre os dois países tem gerado preocupações quanto à capacidade do Brasil em aproveitar o crescimento econômico chinês. Dois questionamentos são feitos. O primeiro diz respeito ao fato de o Brasil praticamente exportar produtos primários e importar bens com maior valor agregado, o que pode acarretar em problemas na balança comercial brasileira. E o segundo está associado à crescente presença da China no mercado mundial, e em alguns casos, substituindo as exportações brasileiras.

Cabe ao Brasil se concentrar em balancear e controlar esse comércio com a China, não deixando com que nossas exportações continuem a se basear em produtos primários. Aumentar o grau de especialização em determinados setores industriais em que a China não está investindo maciçamente é um passo. Isso vai acabar se refletindo também na competição entre os dois países no comércio mundial.

Apesar de os Estados Unidos serem o principal parceiro econômico do Brasil por décadas, suas ações nunca foram em favorecer o Brasil, exceto em casos em que os mesmos também tinham interesse. O histórico americano como país hegemônico do século XX nos afirma que eles apenas se preocupam em se consolidarem como tal, não importando o impacto que causam em outros países para conseguirem seus objetivos.

Através de sua enorme ascensão econômica, os chineses são candidatos a se tornarem uma potência hegemônica no século XXI caso consigam resolver principalmente seus problemas internos e também inúmeros outros obstáculos que podem aparecer no cenário mundial. Para o Brasil pode ser muito bom, pois ambos os países passaram a ter boas relações nas últimas décadas, e provavelmente a China olha para o Brasil com maior possibilidade de nos considerar de fato um importante parceiro econômico.

Apesar de estar muito distante da China, em termos geográficos, e tendo uma enorme diferença cultural, o Brasil ainda pode explorar muito o comércio sino-brasileiro e evoluir bastante sua economia com essa possibilidade. É evidente que é difícil fazer uma previsão sobre a futura relação entre os países, pois além de os chineses ainda precisarem se consolidar como hegemônicos é difícil prever as atitudes que os governantes chineses terão em relação ao Brasil no futuro, porém tendem a serem bem melhores do que as americanas foram.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Renato. **Análise Sumária do comércio entre Brasil e China**. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/500/522/download/Analise_do_comercio_Brasil-China_RA_maio_2005.pdf>. Acesso em: 29 maio 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni.; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade: no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 338p.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BRENNER, Robert. **The Economics of Global Turbulence**. Londres: Verso, 2006.
- BRENNER, Robert. **O Boom e a Bolha: Os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- CHINA; tradução Frank Roy Cintra Ferreira. Rio de Janeiro: Cidade Cultural; [Estados Unidos]: Time-Life, c1987. 160p. (Nações do mundo)
- CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.
- CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Unesp, 2007.
- GALVÊAS, Elias Celso. **China: século XXI: o despertar do dragão**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 2007. 127p.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- IMPERIOS em ascensão, 400a.C.-200d.C. ; tradução Pedro Maia Soares.. Rio de Janeiro: Cidade Cultural; [Estados Unidos]: Time-Life, 1990. 176p. (Historia em revista)
- LUZES no Oriente, 1000-1100 - tradução Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Cidade Cultural; [Estados Unidos]: Time-Life, 1990. 176p. (Historia em revista)
- MARTI, Michael E.. **A China de Deng Xiaoping: O homem que pôs a China na cena do século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/artigos/medeiroschina.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2010.

MEDEIROS, Carlos. China: entre os séculos XX e XXI. In: José Luis (Org.) **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999. Pg. 379-411.

MOREIRA, Maurício Mesquita. O Desafio Chinês e a Indústria na América Latina. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. , p.21-38, 01 jul. 2005.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. , p.7-30, 10 maio 2004.

PAUTASSO, Diego. **A China na transação do sistema mundial**. 2006. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China - a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. , p.70-85, 15 nov. 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. . A construção do socialismo na China.. São Paulo (SP): Brasiliense, 1982.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China e a Economia Mundial**: Uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século XX. Dissertação de mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2008.

SECEX – SECRETARIA de Comércio Exterior. 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em 29 de maio 2010.

SCHAFER, Eduard. **China antiga**.. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna**: quarto séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STORY, J. **China: a corrida para o mercado**. São Paulo: Futura, 2004.

TSENG, Wanda; ZEBREGS, Harm. Foreign Direct Investment in China: Some Lessons for Other Countries. **International Monetary Found Policy Discussion Paper**. Fevereiro de 2002. 25p.

VILLELA, Eduardo V. M.. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acesso em: 29 maio 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano: Os Estados Unidos em um mundo caótico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.